



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 502 - 12 A 26 DE JULHO DE 2015 - R\$ 3,00

Avança a desintegração mundial do capitalismo e suas consequências se manifestam no Brasil

Não há outra via para enfrentar a crise econômica e política no Brasil que não seja a do programa da revolução proletária, da aliança operária e camponesa e da luta pela constituição de um governo operário e camponês assentado na maioria nacional oprimida.

O ponto de partida é a unidade nacional das lutas pelas reivindicações de combate às medidas de ajuste fiscal, demissões e arrocho salarial, com os métodos da luta de classes e de forma independente diante de todas as frações da burguesia. Assim é possível desenvolver a oposição revolucionária ao governo Dilma e combater a oposição burguesa direitista.

**80 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia
26 anos do Partido Operário Revolucionário do Brasil
Viva o Internacionalismo Proletário!**

**Campanha internacional:
Que o governo Evo Morales e a justiça
devolvam a Marcia e Ariel sua filha adotiva**



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Lutemos por um governo operário e camponês

O Brasil atravessa uma crise econômica e política. Reeleita a muito custo, Dilma Rousseff assumiu uma diretriz de ataque à vida das massas e de maior submissão do País ao imperialismo. A oposição burguesa, liderada pelo PSDB, está na ofensiva para desmoralizar o governo e o PT. A incapacidade de Dilma e do PT em mudar a política econômica antipopular e antinacional, bem como quebrar a espinha dorsal da oposição liberal, entreguista e antidemocrática, resulta da falência do reformismo diante do capitalismo, que se desintegra mundialmente e impulsiona a barbárie social.

Não há dúvida de que o PT mergulhou no lamaçal de corrupção própria da política burguesa. As correntes de esquerda que um dia sonharam em constituir um “governo dos trabalhadores” por meio da eleição do caudilho vendido Luiz Inácio Lula da Silva não têm hoje como prestar contas de sua responsabilidade. Aqueles que, por sua vez, iludiram as massas com a bandeira de um PT voltado a implantar um “governo democrático e popular”, hoje, se encontram ajoelhados diante da burguesia e da oposição reacionária que os açoitam.

O PT e seu governo podem sobreviver à tormenta que se desencadeou a partir da crise mundial em 2008. Ainda pode servir à burguesia e ao imperialismo para conter a revolta dos explorados e trabalhar contrariamente à independência de classe do proletariado. Mas não mais poderá se erguer com a promessa de instalar um “governo democrático e popular”, de defesa dos explorados e da soberania do País. A falsificação do “programa” de reformas democráticas e populares, finalmente, é desmascarada por inteiro diante dos olhos dos explorados, que se estarcem ao ver um partido e um líder como Lula desmoralizados e humilhados pela oposição que carrega em suas costas a responsabilidade histórica de ter realizado nos anos 90 o desmonte das estatais, o entreguismo descarado e a destruição de milhões de postos de trabalho. É essa força política que quase derrotou Dilma Rousseff, tendo à frente um bandido como Aécio Neves.

O PT fecha seu ciclo governamental servindo em toda linha ao capital financeiro. A política econômica montada pelo ministro Joaquim Levy está inteiramente voltada a garantir o pagamento do gigantesco montante de juros da dívida pública. Atua no sentido de destruir forças produtivas, assimilando e reforçando a tendência mundial da crise capitalista. Nestas condições, o Congresso Nacional, cova de ladrões, tem as mãos livres para aprovar medidas que destroem direitos trabalhistas e previdenciários; aprovar uma reforma política que desfigura ainda mais a democracia burguesa; aprovar uma lei que recrudescer a opressão sobre a juventude pobre e negra, como é o caso da redução da maioridade penal. O próprio governo atende aos interesses das multinacionais e da burocracia sindical implantando o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que permite aos capitalistas utilizarem a crise de superprodução para reduzir os salários.

Dilma para defender sua pele não mede as consequências de seus atos, curvando-se diante das pressões dos Estados Unidos para alinhar o Brasil por trás da política de Obama

para a América Latina. É visível a movimentação do imperialismo norte-americano para manter subordinados os países semicoloniais que não têm como se livrar da crise mundial e que estão obrigados a aceitar as condições impostas pelas potências. O governo brasileiro é chamado a auxiliar na tarefa imperialista de remover os governos pseudonacionalistas que não têm mais para onde ir, principalmente o governo chavista da Venezuela. Já não há mais lugar para ostentar o protecionismo e alimentar a aspiração de integração latino-americana alheia aos Estados Unidos, na qual o Brasil se destaca.

É fundamental considerar que a crise política no Brasil é parte da crise geral de governos que se pretenderam, de distintas formas, nacionalistas e reformistas na América Latina. É o esgotamento da tentativa de combinar aspectos do nacionalismo burguês com o liberalismo pró-imperialista. Trata-se de governos semelhantes na essência e distintos em graus. Os governos do PT não se caracterizaram por um nacionalismo e reformismo burgueses radicais. De forma que não despertaram a ira do imperialismo, como no caso da Venezuela. Assim, não atuaram no sentido de reverter as medidas privatizantes e de abertura comercial do governo do PSDB.

É decisivo rechaçar qualquer tipo de defesa do governo Dilma diante das disputas interburguesas no seio do Estado.

Não desconhecemos que a classe operária ainda se acha subordinada à política burguesa do PT, por meio de seu braço sindical e de outras variantes do sindicalismo colaboracionista. Isso se deve à ausência de um partido revolucionário constituído no seio do proletariado. O que permite não apenas a burguesia manobrar com suas distintas posições diante da crise como também as correntes de esquerda esconderem sua política oportunista por detrás de um oposicionismo democratizante.

A situação objetiva da crise exige que a classe operária rompa os elos que a prendem à política burguesa e impossibilitam se transformar em direção política da maioria oprimida. Essa mesma condição objetiva exige que a vanguarda defenda no interior dos movimentos a estratégia revolucionária do proletariado. É necessário defender o programa de reivindicações que une a maioria nacional oprimida e que se opõe de conjunto aos governos, aos partidos e à burguesia que comandam o Estado. Essas reivindicações devem ser vinculadas à defesa da aliança operária e camponesa e da forma de governo revolucionário, que será operário e camponês. Os métodos de atuação para responderem à crise econômica e política devem servir à estratégia do governo operário e camponês.

Todos aqueles que se negam a defender a revolução proletária e a colocar para os explorados os passos a serem dados na tarefa da tomada do poder, com a justificativa de que as condições não estão dadas, renunciam à luta pelo poder e se submetem ao curso que a burguesia determina para a crise. É claro que a vanguarda consciente tem em suas mãos a tarefa de resolver a crise de direção. Neste momento tão grave de crise, a tarefa da vanguarda é a de trabalhar firmemente sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Como responder à crise política

Pela primeira vez, Dilma Rousseff acusa o PSDB/DEM de promover um golpe. O PSDB, por sua vez, se defende acusando que Dilma se faz de vítima e que o “discurso golpista é o do PT, que não reconhece os instrumentos de fiscalização e de representação da sociedade em uma democracia”.

A alta direção do PSDB vinha se negando a colocar a crise política nestes termos. A bandeira do “impeachment” levantada pelo movimento de direita da classe média foi pendurada sobre a cabeça de Dilma assim que terminaram as eleições de outubro. O candidato derrotado, Aécio Neves, não reconheceu o resultado acusando o PT de ter promovido um “estelionato eleitoral”. Esse foi o ponto de partida da crise política. Mas o PSDB não teve como anular as eleições na justiça.

A investida do juiz federal Sérgio Moro, com a operação Lava Jato, em demonstrar que o PT chefou uma quadrilha de assalto à Petrobrás com fins político-eleitorais deu sustentação à tese de Aécio Neves de “estelionato eleitoral”. A Polícia Federal e Ministério Público mantiveram sempre o alvo determinado: provar os crimes do PT. O método utilizado foi o de obter informações de altos funcionários da Petrobrás, de executivos das poderosas empreiteiras e de doleiros por meio da delação premiada e vazamento paulatino das acusações. De maneira que se armou uma massa de imputação contra o PT, envolvendo o governo e colocando Dilma contra a parede. É nesse ponto que se encontra a crise política que vem se desenvolvendo antes, durante e depois das eleições presidenciais.

A PF pavimentou o caminho para o PSDB/DEM cercar o PT e o governo. O bombardeio é diário. A grande imprensa se utiliza dos vazamentos seletivos para marcar o PT como quadrilheiros. A Lava Jato entrega grandes petardos à aliança opositora. Esta crava o alvo do círculo mais distante para o mais próximo do governo. Tudo indica que a ofensiva chegou ao penúltimo ou último círculo concêntrico.

O juiz Sérgio Moro abriu, no início das investigações, vários alvos. O Ministério Público deu publicidade. O financiamento de campanha pelas empreiteiras que obtinham vantagens nas obras da Petrobrás foi amplo. Todos os grandes partidos receberam gigantescas somas. O PSDB foi um dos agraciados, ao lado do PT, PMDB e PP. Os delatores apontaram nomes de todos esses partidos. No momento, causaram grande rumor as denúncias contra os presidentes do Senado e da Câmara Federal, ambos do PMDB. A lista de parlamentares de vários partidos é abundante. Mas a Polícia Federal e o Ministério Público tomaram a forma de aparatos políticos do Estado. O planejamento e as ações conduzidas por Sérgio Moro puseram na lateral as acusações dos demais envolvidos e traçaram a estratégia de pôr sempre o PT e o governo às claras, como alvo aberto. O PSDB passou a ter informações selecionadas e com elas pôde tranquilamente combater Dilma e o PT. As acusações que pesam sobre suas costas ficaram à margem dos acontecimentos políticos.

Aécio, que não é flor que se cheira, posa de asseado e limpo. Tem se movimentado livremente em direção ao objetivo de destruir o governo do PT. Se não abreviar o mandato de Dilma, terá pelo menos o resultado final de um governo cambaleante e um

PT desmoralizado perante os eleitores. Nos dois casos, configura-se o golpismo.

O PSDB está atolado até o pescoço no financiamento de campanha das empreiteiras que saquearam a Petrobrás. A sua vida pregressa é tenebrosa. No processo do “mensalão”, que culminou com a condenação de expressivas lideranças do PT, a Justiça livrou a pele do PSDB pondo de lado o mensalão mineiro que também envolveu altas figuras do partido. Com o mensalão, já houve um golpe, cujas consequências se projetam na presente crise.

Aécio Neves se livrou de um processo de desmando e corrupção na construção de um aeroporto com dinheiro público a serviço de interesses particulares de sua família proprietária de terra. Em São Paulo, o governo do PSDB se safou do escândalo de desvio de recursos na construção da linha de metrô. Ilustres figuras tiveram suas manchas de corrupção lavadas pela Justiça.

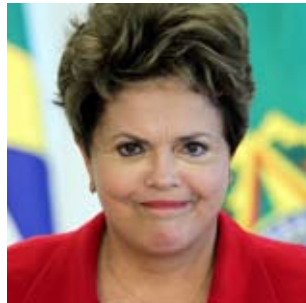
Não é preciso ir mais para trás dessa vida pregressa cheia de bandalheiras. Fiquemos no presente: o mensalão mineiro e o envolvimento com as empreiteiras. Um partido que se livra dos processos de corrupção com a convivência da Justiça e da imprensa e que usa as delações premiadas para tentar derrubar o governo do PT (notoriamente corrompido na política burguesa) é, sem dúvida, golpista.

Que tipo de golpe o PSDB e aliados promovem?

Diz Aécio que o PSDB cumpre a Constituição. Eis suas palavras: “respeito à Constituição e seu inarredável compromisso com a vontade popular expressa nas urnas e com a legalidade democrática”. Como vimos, o PSDB trabalha com duas possibilidades – ou interromper o mandato da presidente, ou sangrá-la até a morte. Para isso, conta com as instituições do Estado, o judiciário, a polícia e o legislativo. Na situação, as Forças Armadas estão às escuras. Nada indica, por enquanto, a necessidade da burguesia ou de uma de suas frações recorrer ao golpe militar. O que quer dizer que a crise política não envolve as massas em luta contra o poder e que o governo de Dilma não ameaça os interesses gerais dos capitalistas. Estamos, portanto, diante da possibilidade de um golpe institucional.

Certamente, Aécio e seus comparsas do PSDB dirão que a Constituição prevê a cassação do mandato de um presidente que viole as leis do País. O impeachment foi introduzido na reforma constitucional justamente para evitar a intervenção militar e preservar o Estado de direito. O presidente Fernando Collor de Melo foi destituído em um processo de impeachment, do qual o PT participou como força ativa e ninguém disse que se tratava de golpe.

Por que então falar em golpe diante de um processo legal-constitucional de cassação de Dilma? Se o judiciário ou o legislativo decidir que há motivo e prova suficiente para mandar a presidente para casa descansar, onde estaria o golpe? Diz o PSDB que tudo deve ser devidamente assumido e amparado pelas instituições do Estado de direito e, portanto, de acordo com a democracia. Sendo assim, a oposição é legalista e age em defesa da Constituição. Afinal, no passado se opôs à ditadura militar e contribuiu quando ainda eram todos do MDB para promover a democratização.



Dilma: espremida pela crise política

Se esse é na história o lugar do PSDB e particularmente de uma figura tão proeminente como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso como serem acusados de golpistas? Não estariam os petistas querendo se livrar de sua responsabilidade diante da Constituição e das instituições do Estado de direito, acusando a oposição de direita golpista? É necessário esclarecer essa caracterização.

Formalmente, parece que tudo ocorre de acordo com a Constituição e com as leis, que o próprio PT reconhece e que seu governo deve respeitar. Se as violam, as instituições estatais devem coibir e a oposição tirá-los da direção do Estado. Formalmente, é assim. Mas ocorre que a corrupção, motivo utilizado pelos opositoristas, atinge todos os partidos da ordem, entre eles se destaca o PSDB. Se as investigações e acusações somente pegam os petistas, significa que as instituições (PF, MP, STF, STJ, legislativo) estão sob a política da oposição, ou seja, do PSDB.

O tesoureiro do PT está preso devido às delações premiadas. Mas formalmente João Vacari Neto apresentou provas legais sobre o recebimento de contribuições das empreiteiras. A resposta dos investigadores é que se trata de falsa legalidade, uma vez que as “contribuições” eram produto das falcaturas na Petrobrás. E as acusações contra o PSDB não deveriam ser igualmente conduzidas com amplitude e transparência? A questão não termina nesse ponto.

É necessário considerar à luz da própria democracia burguesa o fato de não existir contribuição das grandes empresas – não só das construtoras – sem que haja alguma contrapartida. A resposta formal é que enquanto não se descobrir alguma relação promíscua entre os capitalistas e os partidos não há ilegalidade e violação da Constituição. Todos sabem, porém, que o PSDB foi o segundo maior receptor de recursos e que a bondade dos empresários não é de graça. Certamente, caso se apurasse os vínculos de interesse material, se poderia constatar a veracidade das contas dos partidos. Não temos dúvida de que se aplicaria o provérbio bíblico sobre o pecador e a pedra – que atire a primeira quem não tiver nenhum pecado. O PT e Dilma, se assim fossem a democracia, as leis e a Constituição, estariam livres do apedrejamento.

Expusemos acima as provas da venalidade do PSDB, completamente amenizadas, relevadas e marginalizadas pelas instituições. O que evidencia um conluio que vai da Polícia Federal ao PSDB contra o PT e seu governo.

Os caçadores de motivo para atingir seus objetivos de volta ao poder sabem perfeitamente que não têm maioria parlamentar para impor o impeachment. Não lhes foi difícil abrir outra via institucional. É o caso da tal das “pedaladas fiscais”. O governo teria ferido a lei de responsabilidade fiscal. O Tribunal de Contas que sempre foi uma instituição figurativa, agora, se projeta como um perigoso juiz das contas do governo. O governo tem em mãos os mesmos trunfos com que se defende das acusações de corrupção eleitoral. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a se utilizar das “pedaladas”. Os juízes do Tribunal de Contas não as reprovaram. Vão agora usar a manobra política de “dois pesos, duas medidas”? O PSDB está seguro que sim, como demonstra sua representação contra Dilma e seus ministros da área econômica.

A crise política se agravou com a oposição tendo a seu favor

todas as instituições investigadoras e controladoras. Falta-lhe subordinar o Congresso Nacional. Esse objetivo final depende do PMDB. As combinações das denúncias da Lava Jato com as de violação da lei de responsabilidade fiscal dão uma ampla via para reunir forças para um golpe constitucional. No entanto, as forças no seio do Estado que colocaram o PT e o governo contra a parede estão obrigadas a avaliar se essa via não impulsionará a luta de classes.

O lugar do PMDB na crise política

Um primeiro golpe foi dado quando Dilma Rousseff entregou forçada o comando político do governo ao seu vice Michel Temer. Pode-se contestar que o PMDB, afinal, é o principal partido da base aliada e que é natural que Dilma lhe desse mais poderes diante da crise. Formalmente é assim. Mas sob a aparência de normalidade subjaz a anormalidade.

No Senado e na Câmara dos Deputados, os presidentes Renan Calheiros e Eduardo Cunha passaram a atuar como oposição. O PMDB tem usado o controle do Congresso Nacional para se impor diante do governo encurralado. Solapou a aliança e impôs a Dilma

as condições políticas de governabilidade. O PT passou a ocupar um lugar acessório no governo.

Na CPI da Lava Jato, o PMDB favoreceu a ofensiva golpista do PSDB. Praticamente, atuou para quebrar a capacidade parlamentar dos petistas responderem aos ataques. É evidente que o mandato de Dilma foi posto nas mãos do PMDB. E com isso, em última instância, o próprio governo.

O PMDB é o maior e mais oligárquico dos partidos. Sustenta-se como uma pirâmide de chefes políticos regionais. Desde a fragorosa derrota do falecido Ulisses Guimarães, não mais conseguiu comparecer como uma força nacional para conquistar a presidência, mas não perdeu a capacidade de controlar regionalmente boa parte do País e de influenciar nos estados dominados por outros partidos. Esteve à frente do Estado na transição da ditadura para o regime constitucional, assumiu o governo em crise, perdeu as eleições, aliou-se com o PSDB em ascensão, rompeu a aliança quando o governo de Fernando Henrique Cardoso em crise abriu caminho para ascensão de Luis Inácio Lula da Silva, constituiu um governo de aliança com o PT e agora se prepara para abandonar o barco que afunda.

Só haverá interrupção do mandato de Dilma caso o PMDB queira. Tudo indica que é certo que há uma divisão no partido entre duas possibilidades: a de levar até o final o governo cambaleante de Dilma, aproveitando-se da crise para constituir uma nova aliança para as eleições de 2018 sob sua chefia; ou a de romper com o governo e se aliar ao PSDB para cassar o mandato da presidente e seu lugar ser ocupado transitariamente por Michel Temer.

A imprensa tem veiculado informações de que setores do PMDB têm se reunido com o PSDB para tratar do assunto. Tanto um quanto o outro nega que esteja conspirando nos gabinetes do Estado. Mas o estágio da crise indica que os encontros vêm ocorrendo. Nem o PSDB, nem o PMDB – ou setores partidários – pode afirmar que discute uma saída para o despedaçado e inoperante governo. A conspiração é típica dos processos golpistas. Não se trata apenas de liquidar o governo de Dilma, mas de garantir a governabilidade. O PSDB depende do PMDB para estabelecer uma forte aliança que assegure a transição. É sintomática



Temer: não está disposto a ser queimado numa condenação

a declaração emitida pelos partidos da base aliada em defesa do mandato de Dilma. Não se aceitou que houvesse menção a um golpe, como pretendia o presidente do PT.

Segundo notícias, os aliados chegaram à seguinte formulação: “respeito à Constituição e seu inarredável compromisso com a vontade popular expressa nas urnas e com a legalidade democrática”. Essa generalidade não se opõe à ofensiva do PSDB pela cassação, que estaria de acordo com a Constituição, a “legalidade democrática” e a “vontade popular” (segundo o conteúdo burguês). Caso o PMDB supere suas divergências e se una ao PSDB, tudo será feito dentro da formalidade constitucional e eleitoral (da “vontade popular” formal).

Facilidades para o impeachment

A autonomia alcançada pelas instituições envolvidas na condenação política do governo Dilma, entre elas a Polícia Federal, advém da fraqueza do próprio governo, que se mostra incapaz de impor a centralização autoritária do Estado. O PT e Lula dizem que em seu governo foi possível uma ampla autonomia para as instituições controladoras, antes inexistentes, e que isso explica tantas operações, investigações e processos contra a corrupção. Gostam de dizer que em seus governos não há “engavetadores da República”. Mostram com razão que sob o governo do PSDB (FHC) as denúncias e os escândalos de corrupção foram engavetados. Isso quer dizer que a centralização política do Executivo foi capaz de manter as instituições controladoras (PF, MP, TC, STF, STJ) sob sua guarda. Mas esse regime político não pôde ser reconhecido pelo PT. Acha que foi o responsável pela democratização do Estado, quando, na realidade, seu governo expressa debilidade político-administrativa da máquina estatal.

Graças à autonomia de tais instituições, o governo e o PT foram constantemente empurrados contra a parede pela oposição. Mostramos como o PSDB se safou de todos os escândalos e que não resistiria a uma verdadeira investigação independente, que somente seria possível por um Tribunal Popular. A estorinha de que há poderes independentes e isentos das disputas políticas entre os partidos é para mentes infantis e para acobertar o real funcionamento do Estado burguês. Não foram os governos do PT que conferiram autonomia às instituições. Estas se impuseram diante de um partido e de um governo que não são orgânicos à burguesia. Estiveram em posição de controle oposicionista. É o que explica por que o mensalão mineiro, que foi pioneiro, não teve o mesmo tratamento que o mensalão petista.

O POR já havia demonstrado esse fenômeno com muita antecedência. Agora, vem à tona com uma poderosa força, ao ponto de um juiz federal de Curitiba chefiar uma investigação que pode levar à queda de Dilma e que destruiu o PT.

A incapacidade do petismo de centralizar com mãos de ferro o poder do Estado é o primeiro aspecto das facilidades. Continuemos. A crise econômica inviabilizou a política do assistencialismo e dos subsídios. Dilma teve de se socorrer justamente do “programa” antipopular e antinacional do PSDB. Orquestra a ofensiva da burguesia contra as massas. Essa é a base material que potencia a operação Lava Jato e os ataques da oposição. A classe média alta se animou a ganhar as ruas, convocadas por organizações artifi-

ciais que fazem política por internet, apoiadas no financiamento de empresários e nas posições do PSDB.

Aqui está o segundo aspecto das facilidades. Continuemos. A burocracia sindical que apoia o governo está no “mato sem cachorro”. Como convencer a classe operária a sair em sua defesa e quebrar a ofensiva dos golpistas se esta recebe paulada de todos os lados? As MPs 664 e 665 são um golpe sobre os assalariados. As demissões crescem e o governo mantém a diretriz recessiva com o ajuste fiscal concebido pelo agente dos banqueiros, o ministro Joaquim Levy. Dilma conta apenas com 9% de avaliação positiva da população. Mesmo que esse número seja manietado, o PT e o governo sabem que a desmoralização de sua política já atingiu amplas camadas populares. Essa é a terceira facilidade, a mais decisiva. Como se pode observar, essas três condições se entrelaçam.

Dificuldades para o impeachment

Michel Temer declarou: “a presidente vai continuar até o final com muita tranquilidade. Ela tem uma capacidade extraordinária de trabalho, conhece o Brasil como poucos e tem se dedicado ao governo”. A declaração é feita com Dilma em viagem ao exterior e Temer no comando do governo. A fração do PMDB encabeçada por Eduardo Cunha, disposta a romper com o governo, por enquanto não expressa a maioria do PMDB. Se Dilma entregou o comando político a esse aliado, é preciso uma traição de Temer para que o PMDB chefie um processo de cassação da presidente. O PSDB e seus aliados (DEM e PPS) não têm força política suficiente no aparato do Estado para chefiar a derrubada de Dilma. No momento em que o PMDB decidir tomar à frente do golpe institucional, então se configurará



Eduardo Cunha: uma figura fora de controle

definitivamente a possibilidade. Não é o que ocorre nesse momento de agravamento da crise, com as denúncias da Operação Lava Jato atingindo dois ministros do governo (Aloizio Mercadante e Edinho Silva). Como se pode observar, a via do impeachment deve passar pelo Congresso Nacional, controlado pelo PMDB. O PSDB procura uma variante colateral ao Congresso Nacional, que é a de criminalizar o governo de Dilma por meio de um processo no Supremo Tribunal Eleitoral e no Tribunal de Contas da União. Esse caminho não tem como atingir o objetivo golpista do PSDB estando em contraposição ao Congresso Nacional. O choque entre os poderes da república é uma perigosa via de disputa pelo poder. Essa é a primeira dificuldade. Continuemos.

Dilma Rousseff assumiu o “programa” econômico liberal do PSDB. O Congresso aprovou medidas antipopulares. Dilma se dispôs a contrariar os interesses políticos do PT, nomeando para o ministério da Fazenda Joaquim Levy, um homem vinculado aos banqueiros. O “ajuste fiscal” protege claramente o capital financeiro, que parasita a monumental dívida pública. A fração industrial, certamente, se mostra ressentida com o governo, uma vez que Dilma vem diminuindo a proteção ao setor e a recessão atinge seus negócios. Como se pode notar, há uma divisão interburguesa que potencia a crise política e que ao mesmo tempo dificulta a interrupção do mandato da presidente. O PMDB assumiu o Plano Levy. A oposição da bancada do PSDB a medidas liberais do ajuste fiscal não está de acordo com o programa defendido por Aécio Neves nas eleições. O arauto Fernando Henrique Cardoso

em seu artigo “A responsabilidade das oposições”, que se assemelha a um manifesto programático, critica a conduta parlamentar do PSDB. Conclui: “nada justifica arruinar ainda mais o futuro, votando pela derrubada do fator previdenciário”. Nessa votação, o PSDB desfez uma medida criada por eles mesmos no governo de FHC. A posição errática dos parlamentares oposicionistas chama a atenção por sua inconsistência. Querem a interrupção do mandato de um governo que aplica justamente a política econômica antipopular e antinacional do PSDB. Por enquanto, não há uma evidente manifestação da burguesia pela derrubada do governo. Essa é a segunda dificuldade.

O encontro de Dilma com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, foi um sinal de que a presidente está disposta a ir com o entreguismo até onde a burguesia brasileira permitir. Foi posto de lado o escândalo de espionagem, que revelou a necessidade do imperialismo violar qualquer traço de soberania nacional no Brasil. A “página virada” representou a fragilidade do governo acuado pela crise econômica e política. O apoio de Dilma a Obama e ao Papa por terem estabelecido um processo de incorporação de Cuba na órbita do imperialismo tem um significado capital à política de Obama para a América Latina. Não se pode desconhecer a influência do Brasil em organismos como a Unasul e sua ascendência sobre governos, como o da Venezuela, em especial. O desfecho da crise neste país é de grande importância para o domínio norte-americano. O PSDB tem procurado se credenciar junto aos Estados Unidos apoiando a oposição venezuelana. A vigência de governos de traços nacionalistas e aliados na América Latina tem um importante peso no curso da crise interna do Brasil. Essas relações indicam que o governo de Dilma ainda pode ser útil ao imperialismo. Essa é a terceira dificuldade.

O fenômeno político do caudilhismo lulista não pode ser varrido como pretende a fração mais direitista do PSDB, que chega ao ponto de defender a extinção do PT. O governo de Lula é responsável por um período de conciliação de classes, em seguida à profunda crise política do governo do PSDB. A constituição de uma burocracia sindical pró-capitalista e a estatização dos sindicatos é uma obra a favor da burguesia que nenhum de seus partidos poderia ou poderá realizar. Nesse sentido estratégico, a destituição de Dilma e a quebra do PT é uma aventura. A questão é saber se a burguesia e o imperialismo estarão dispostos a apoiá-la. No momento em que Dilma admitiu mudar drasticamente a política econômica, não se acanhando em atacar diretamente antigas conquistas trabalhistas, mostrou a flexibilidade petista, que vai das pretensões de um limitado reformismo nacional às posições francamente pró-imperialistas. A revolta da camada mais rica da classe média, impulsionada pela reação obscurantista, contra o governo não expressa uma revolta geral dos mais oprimidos. O descontentamento generalizado com o governo, em grande medida, é produto da campanha oposicionista no plano eleitoral. É claro que os ataques do governo e as consequências da política econômica recessiva levam os explorados para o campo da oposição. Essa é a grande preocupação do PT e de seu braço sindical (CUT). No momento, as greves e as manifestações têm sido canalizadas pela burocracia sindical, de forma a não se chocarem com o governo e com a burguesia em geral. Essa é a quarta dificuldade e a mais decisiva. O PSDB não

pode levar adiante o objetivo de interromper o mandato de Dilma sem que as relações e a luta de classes permitam. Caso contrário, trilhará o perigoso caminho do aventureirismo.

Posição proletária diante da crise política

O ponto de partida da política revolucionária diante da crise de um governo burguês e de ameaça de um golpe consiste em se distinguir de todas variantes da disputa interburguesa em torno do Estado, lutar pela independência de classe dos explorados contra as manobras dos partidos da ordem, levantar as reivindicações que unem os explorados e organizar a luta sob a estratégia do proletariado.

É necessário caracterizar com precisão o choque interburguês, seus interesses de classe e a natureza do conflito. Em nenhuma hipótese se deve confundir as posições da classe operária com alguma das frações da burguesia ou da pequena burguesia. E não se deve, em nenhuma hipótese, trilhar o caminho traçado por uma das variantes da política burguesa. Não se deve, de maneira alguma, ocultar a política antinacional e antipopular de um governo e nem renunciar as bandeiras dos explorados em razão de uma ameaça de golpe. Não está colocado um golpe militar, como chegou a ser anunciado por uma das correntes de esquerda.

Em nossa análise demonstramos que o impeachment foi e é



Renan: o PMDB é a chave de qualquer perspectiva da crise

uma espada de Dâmocles pendurada sobre a cabeça de Dilma Rousseff. A crise política segue com altos e baixos, arrefecimento e agudização. No momento, está agudizada. Está aí por que nos empenhamos em analisar os fatores econômicos, políticos e de classe que impulsionam e determinar as probabilidades de continuidade ou interrupção institucional do mandato de Dilma. As forças situacionistas e oposicionistas ainda se equilibram no seio do Estado e da sociedade. Muito se alardeou sobre a iminência de um golpe já no início do segundo mandato de Dilma. O que serviu para que se defendesse o apoio

ao governo do PT, como se estivesse diante de um golpe militar e fascizante. Ou então para convocar os trabalhadores a se enfileirarem por detrás de uma reforma política e da democracia burguesa putrefata.

Rechaçamos essas posições. Defender o governo significa sustentar suas medidas de ataque à economia nacional e aos explorados. O POR se posicionou por nenhum apoio ao governo burguês de Dilma e por um movimento de oposição revolucionária, que empunhasse as reivindicações da classe operária contra a destruição de forças produtivas, desemprego e rebaixamento salarial, bem como pela derrubada das medidas antipopulares do governo e do Congresso Nacional. A estratégia da oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma é a da luta por um governo operário e camponês. É fundamental deixar bem claro para a classe operária e demais explorados o programa revolucionário de luta pelo poder. O agravamento da crise política exige que a vanguarda lute com a linha de independência de classe.

O POR convoca as correntes de esquerda e os ativistas classistas a constituírem uma frente única de combate sob a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma. É por essa via que as denúncias e o enfrentamento ao golpismo do PSDB permitirão à vanguarda trabalhar no seio das massas para que estas se libertem tanto do governismo, quanto do oposicionismo burgueses.

PPE é mais uma medida de ataque aos salários e empregos e defesa do lucro patronal

O governo Dilma decretou no último dia 06/07 uma Medida Provisória, mal chamada de Plano de Proteção ao Emprego (PPE).

Por ela, as empresas poderão reduzir a jornada de trabalho em até 30%, e os salários serão pagos em 85%, sendo 70% pela empresa e 15% pagos por meio de recursos do FAT, até o limite de R\$ 900,84. O acordo tem de ser homologado pelo sindicato. Durante o acordo e depois de até um terço do seu tempo de duração, os empregados não podem ser demitidos. Depois disso, não há restrições à demissão.

Um comitê de ministros foi designado como responsável pelo PPE e dará início à análise dos setores que poderão aderir ao plano, começando pelas indústrias automobilística, de carne, de componentes eletrônicos, metalurgia, química, açúcar e álcool e construção civil.

A medida atende a uma reivindicação dos grandes empresários, que queriam a redução de salários proporcional à retração econômica. O governo os atende, com o “atenuante” do pagamento pelo FAT de parte do salário reduzido. É bom lembrar que o pagamento de abono a metade dos trabalhadores foi adiado para 2016, por falta de recursos do FAT. E que para realizar o PPE se prevêem gastos da ordem de R\$ 30 milhões este ano e R\$ 68 milhões para 2016. Ou seja, que não tem dinheiro do FAT para pagar o abono, mas tem dinheiro do FAT para subsidiar a redução salarial das maiores indústrias do país.

A Mercedes Benz anunciou que o PPE não vai evitar a realização de 400 demissões previstas pela fábrica de São Caetano do Sul / SP, mas que pretende utilizar a medida para os demais funcionários após os cortes.

Neste ano, as montadoras demitiram 7,6 mil trabalhadores. Em doze meses, foram 14,5 mil vagas fechadas. Quase 40 mil operários estão em férias coletivas (27% do total), dos quais 7,6 mil em layoff. A indústria de máquinas demitiu 23 mil nos últimos doze meses, e há previsão de pelo menos mais 100 mil demissões no setor, que conta com 240 mil operários. As construtoras demitiram 108 mil trabalhadores de janeiro a maio, praticamente igualando o total de demissões de 2014. A previsão é de 500 mil demitidos no setor até o final de 2015.

A onda de demissões corresponde ao avanço da crise econômica. Só nas montadoras, a produção de veículos caiu 18,5% de janeiro a junho deste ano, e a de caminhões, 45,2%. A produção em junho foi a mais baixa desde 1999. Apesar de um pequeno aumento no número de veículos exportados, de 16,6%, isso resultou em faturamento 7,4% menor. O custo dessa queda de conjunto do faturamento será despejado sobre os trabalhadores, com a redução salarial.

É falso que o PPE protege os empregos. Em primeiro lugar, não há estabilidade real, pouco tempo depois do acordo os trabalhadores podem ser sumariamente demitidos. Em segundo lugar, não evita demissões (vide o caso da Mercedes). O fato é

que se trata de uma medida de proteção dos lucros capitalistas, às custas de redução salarial e subsídio a partir de recursos do FAT.

Não é à toa que os setores que inicialmente poderão se beneficiar dessa medida são justamente aqueles que reivindicavam a redução da jornada e salários como meio de atenuar a redução do faturamento. E são os setores que mais estão demitindo.

Com essa medida, o governo Dilma ajuda os capitalistas a despejarem o custo da crise sobre os assalariados.

A crise econômica é resultado do próprio capitalismo. É parte de sua essência atingir as crises de superprodução, que têm como consequência a recessão econômica (destruição de forças produtivas em larga escala). Os setores mais importantes da economia arrastam o conjunto para a depressão. A destruição em massa das forças produtivas possibilita que a reconcentração de mercados e capitais possa levar a um novo período de valorização do capital.

A destruição de forças produtivas inclui a destruição de empregos e vidas humanas. As crises capitalistas repercutem na vida de milhões de trabalhadores e suas famílias como desemprego e miséria. Os capitalistas agem e pressionam os seus governos para que protejam seus interesses e lucros, despejando as consequências da crise sobre os assalariados.

Os economistas burgueses afirmam que é preciso tomar medidas para que a economia não quebre. Na verdade, as medidas servem para proteger os capitalistas e para fazer com que os trabalhadores quebrem, perdendo seus empregos, direitos e tendo seus salários rebaixados pela alta da inflação e rebaixamento salarial.

Diante disso, é preciso levantar as reivindicações de defesa da vida das massas. Que quebrem os capitalistas e sua economia, mas que os explorados sejam defendidos em sua vida e trabalho.

Contra as demissões, é preciso reduzir sim a jornada de trabalho, mas sem redução salarial e de forma a repartir todo o trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar. Isso é a escala móvel das horas de trabalho, que deve ser acompanhada da estabilidade no emprego a todos.

Contra a redução dos salários e alta inflacionária, é preciso defender um salário mínimo vital, discutido e aprovado nas assembleias de base (defendemos que seja de R\$ 4.600,00), com reajuste automático mensal de acordo com a inflação (isso é a escala móvel de salários).

Não há que reduzir empregos e salários! Que os capitalistas arquem com o custo da crise que eles mesmos criaram! Coloquemos em pé um movimento nacional, unitário, centralizado, para enfrentar os capitalistas e seus governos como uma só força, sobre a base das reivindicações que unem os explorados contra os exploradores, de forma independente!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Respostas às ruas

1. Por que o governo do PT impõe uma política contrária aos trabalhadores?

O Brasil vem sendo golpeado pela crise mundial do capitalismo, que se manifestou em 2008 e se espalhou pelo mundo com ritmo e intensidade distintos. Se há pouco tempo atrás, era apenas uma “marolinha”, agora, golpeia duramente o Brasil. Se no 1º mandato de Dilma Rousseff foi possível contornar os efeitos devastadores da crise por meio de medidas protecionistas aos banqueiros, às multinacionais e aos empresários nacionais, agora, os recursos do Tesouro se evaporaram e o país carrega uma dívida volumosa. Só para se ter uma ideia, a dívida do governo geral (federal, estadual e municipal) atingiu R\$ 3,3 trilhões, o que significa 65,5% do PIB. Só com pagamento de juros, o governo gastou R\$ 56,3 bilhões (dados de fevereiro). Dilma, sob pressão dos credores imperialistas, foi obrigada a implantar o ajuste fiscal. O objetivo é garantir o pagamento da dívida pública. Para isso, impôs os cortes de gastos e aumento da arrecadação, que recaem diretamente sobre a maioria explorada. Daí as Medidas Provisórias 664-665, que alteram o seguro-desemprego e as pensões, a Lei que amplia a terceirização, as alterações no Abono Salarial e o arrocho salarial dos servidores públicos.

2. O ajuste fiscal é apenas uma política passageira?

Dilma e Lula dizem que o ajuste fiscal é um remédio amargo, mas necessário para corrigir os erros do passado. Falso! A política de ajuste, sob o comando de Joaquim Levy e Nelson Barbosa, é um conjunto de medidas que visa a proteger os negócios dos capitalistas e manter o sistema de exploração do trabalho. Portanto, é um remédio que amarga a vida dos explorados. A política de ajuste, que objetiva crescer o superávit primário para manter os custos da dívida pública, ao cortar gastos e reduzir os investimentos estatais, atinge a economia como um todo. Por essa via, se destroem forças produtivas, ou seja, eliminam-se postos de trabalho e eleva-se a taxa de desemprego. O governo Dilma, ao administrar o Estado burguês, se volta contra os interesses gerais da maioria explorada.

Os explorados não devem confiar no palavreado petista de que tudo passará logo. A economia mundial continua mergulhada na crise. E o Brasil não tem como superar a queda econômica isoladamente. Mesmo que a recessão fosse passageira, os explorados não devem aceitar as demissões, o rebaixamento salarial e a eliminação de direitos trabalhistas. Que os capitalistas paguem por sua própria crise, seja ela passageira ou não.

3. Todos perdem com a política de ajuste fiscal?

As medidas atingem os setores produtivos, em ritmos diferentes. A produção industrial vem recuando. Os banqueiros e os especuladores, nacionais e estrangeiros, ganham rios de dinheiro, com os juros altos e o parasitismo financeiro. Como o capital industrial está fundido com o bancário, os grandes grupos industriais também se beneficiam do jogo especulativo. Mas a ociosidade das empresas, redução da capacidade produtiva, gera diminuição das taxas de lucro. Assim, as multinacionais e a burguesia nacional pressionam, de um lado, o governo para a obtenção de vantagens econômicas e, de outro, descar-

regam os efeitos da crise sobre os trabalhadores. As demissões, o banco de horas, o layoff e o PPE são mecanismos patronais de proteção aos seus negócios. Mesmo quando um capitalista individual quebra ou vê seus lucros diminuírem, significa que outros capitalistas estão ganhando. E que ele sempre estará protegido da pobreza, da fome e da miséria, uma vez que tem riqueza acumulada.

Como se vê, quem de fato é penalizado com o ajuste são apenas os trabalhadores.

4. É correto aceitar o argumento de que “é melhor perder um pouco do que tudo”?

A burocracia sindical tem feito a campanha de que é preciso perder um pouco para assegurar o emprego. Foi assim quando da implantação do banco de horas e do layoff. O resultado está aí: os empregos não foram mantidos. Os capitalistas aumentaram e reduziram a jornada de trabalho quando e como desejaram. Os trabalhadores perderam parte do salário e não tiveram os empregos assegurados após a suspensão (layoff). Agora, burocracia, governo e capitalistas aprovaram a redução da jornada com redução salarial. O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) prevê que, no caso da redução da jornada em até 30%, os salários serão pagos em 85%: 70% pela empresa e 15% com os recursos do FAT. Assim, o trabalhador ainda pagará parte do salário reduzido com o dinheiro de todos os trabalhadores depositados no FAT. É um negócio da china para a burguesia e uma desgraça para a vida dos operários. É falso que haverá estabilidade no emprego a todos. Enquanto uma parcela de empresários adota esse mecanismo, outra parcela continua cortando postos de trabalho.

A burguesia e o governo só impõem acordos desse tipo porque contam com a traição dos burocratas sindicais da CUT, Força Sindical e seus satélites. A burocracia quer que a classe operária aceite passivamente o argumento burguês de que “é melhor perder pouco do que tudo”.

5. Mas o que fazer se tudo está do avesso?

O descontentamento dos trabalhadores é grande. Há desconfianças em relação às direções sindicais. O exemplo mais recente foi a votação em urna dos operários da Mercedes contra a proposta patronal defendida pela burocracia do sindicato de redução da jornada em 20%, com redução de 10% nos salários. Os explorados sentem o peso do aumento do custo de vida. O preço dos produtos alimentícios básicos cresce muito acima da inflação oficial. O salário mínimo de R\$ 788,00 mal dá para a cesta-básica. As tarifas de energia estão nas alturas. Os alugueis, as passagens dos transportes coletivos, o custo dos remédios, etc. esfolam os explorados. O terror das demissões ronda as famílias operárias. Não é à toa. A população desempregada no trimestre encerrado em maio cresceu 18,4% diante do mesmo período do ano passado. Já são 8,157 milhões de desempregados.

A resposta da classe operária e dos demais explorados não é a de aceitar as manobras da burocracia sindical. Muito menos a campanha mentirosa promovida pelos meios de comunicação. A burguesia se protege da crise se escorando nos recursos

e na política estatais. Os trabalhadores têm de contar com sua própria força. Não devem cair no conto do vigário de que é possível proteger operários de uma fábrica enquanto que os outros amargam com as demissões. Todos estão sob a mesma política, que é antioperária e antipopular. A força está na unidade dos trabalhadores e na ação coletiva para rejeitar de conjunto a política patronal e defender nas ruas as reivindicações de emprego e salário.

6. É possível uma resposta diferente da apresentada pelo governo e capitalistas?

É claro que sim. A classe operária não só tem como deve responder com seu programa. A ideia de que somente o governo e os patrões podem ter uma política econômica tanto para situações normais como para as crises é falsa. Temos visto a burocracia sindical colaborar com os exploradores em nome dos explorados. Assim, negam a defender as reivindicações próprias da classe operária. Por exemplo, o PPE que acaba de ser lançado

por Dilma é um ataque aos salários. No entanto, a direção sindical diz que é uma grande vitória dos trabalhadores brasileiros. Devemos dizer NÃO ao PPE e organizar a luta em defesa dos empregos e dos salários. Ao invés de flexibilização capitalista do trabalho, levantamos a bandeira de flexibilização operária do trabalho. Em vez de reduzir a jornada, reduzindo os salários (flexibilização capitalista do trabalho), defendemos redução da jornada sem redução dos salários. Para termos segurança de que no dia seguinte teremos nosso trabalho assegurado, exigimos estabilidade no emprego. Para que os milhões de desempregados voltem a ter um emprego, lutamos pela escala móvel das horas de trabalho, que significa dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos os trabalhadores.

Mas é preciso, ao defender esse programa operário, organizar uma poderosa luta unitária de todos os explorados e caminhar no sentido de impor o controle operário da produção. Quem se nega a defender essa política dos explorados e oprimidos se ajoelha diante da burguesia e é traidor.

Redução da Maioridade Penal: barbárie do capitalismo

Responder com as reivindicações que defendem a vida, o trabalho e a educação da juventude

A manobra de Eduardo Cunha (PMDB) permitiu a aprovação da Redução da Maioridade Penal na Câmara dos Deputados, após a derrota em primeira votação na véspera, quando faltaram cinco votos. Agora a proposta irá a nova votação e ao Senado. A tendência é de que será aprovada em todas as instâncias. Há uma grande unidade dos partidos burgueses ao redor da medida reacionária.

As pesquisas indicam que há uma aprovação de 87% em nível nacional à redução da maioridade penal. Em São Paulo, cidade de maior concentração populacional, econômica e de criminalidade geral, o índice chega a 93%. Esta é uma das supostas explicações para a maioria de dois terços dos parlamentares em favor da medida. Os politiquinhos da burguesia estariam buscando agradar às bases eleitorais aprovando a maior criminalização da juventude. Certamente, essa explicação não se sustenta.

A proposta de maior criminalização dos adolescentes tem mais de 20 anos, é de 1993. Alguns supõem que a redução da maioridade penal é uma resposta da burguesia a junho de 2013. Tudo indica que é o agravamento da crise econômica e política que está por trás do fortalecimento da proposta. Há uma tendência geral do Estado policial de ampliar a repressão e a criminalização. Isso porque a ditadura de classe se mostra mais franca diante das necessidades dos exploradores em despejar o custo da crise sobre os explorados. O reforço ao aparato repressivo, com compras de equipamentos de guerra para a polícia e treinamento pelo Estado policial sionista de Israel são sintomas dessas tendências. A realização da ofensiva capitalista sobre salários, empregos e direitos levará fatalmente ao agravamento da miséria e, com ela, da violência social e criminalidade. Toda violência social tem suas raízes na violência de classe. Por isso, não é possível reduzir ou atenuar a violência social por meio de medidas como aumento da criminalização e penalização.



O POR atuou no ato contra a redução da maioridade penal em São Paulo com este manifesto

A juventude não é o agente da violência social, é sua vítima. Os dados indicam que menos de um por cento dos crimes são cometidos pelos adolescentes, e meio por cento dos assassinatos. No entanto, tem crescido violentamente o número de assassinatos de menores.

Também é falsa e hipócrita a campanha da burguesia e seus meios de comunicação ao afirmar que os adolescentes criminosos ficam impunes. Existe uma legislação de punição vigente. O que os defensores da redução da maioridade querem é aumentar as punições, como propõe o governador de São Paulo, que quer as penas juvenis estendidas de três para oito anos. Certamente, há uma fração da burguesia interessada economicamente na aprovação da redução da maioridade, o que permitirá licitações para construção de presídios especiais, treinamento privado da nova modalidade de presídios etc.

A ofensiva reacionária dos parlamentares direitistas, vinculados à indústria das armas, à indústria da religião (evangélicos etc.) e aos ruralistas encostou o governo Dilma na parede.

A derrota na votação, ainda que necessários 2/3 dos votos, se colocou como inevitável. Governo e seus parlamentares buscaram atenuar a proposta da reação, limitando as mudanças punitivas aos chamados crimes hediondos. Colocaram-se assim no campo da alteração da legislação, no campo da maior punição aos adolescentes.

As esquerdas em geral gritaram contra, denunciaram a manobra regimental de votar o tema duas vezes em 24 horas, apelaram para que se empregasse a educação ao invés da punição aos adolescentes. A limitada manifestação organizada pelas direções estudantis mostrou que não se colocaram por um movimento nas ruas para barrar a medida, confiaram nas possibilidades da pressão parlamentar e nas negociações encaixadas pelo governo Dilma.

Eduardo Cunha pode ter manobrado, mas usou dos mecanismos da democracia burguesa para fazer aprovar a medida reacionária. O parlamento burguês é uma cova de ladrões. É falso o que se afirma quando se o caracteriza como “casa do povo”. É na verdade uma casa contra o povo. E sempre vai ser. É parte da superestrutura capitalista, corresponde ao poder da burguesia sobre a economia, sobre a propriedade privada dos meios de produção. Apesar de todas as disputas que possam haver em seu interior, como instituição está subordinado aos exploradores. Só vota alguma medida favorável às massas quando estas a impõem à burguesia com seus métodos de ação direta e coletiva.

Não há que choramingar a manobra de Eduardo Cunha, nem a maioria direitista, conservadora, do parlamento. Há que mobilizar para derrotar a ofensiva reacionária da burguesia nas ruas.

A classe média e os partidos da pequena burguesia levantam o argumento de que a redução da maioria não resolve, o que resolve é a educação. Falso. Incapaz de responder ao problema real. A educação burguesa, deformadora, repetitiva, decorativa, repressiva, descolada da realidade, não resolve nada para a juventude.

O caminho para o crime é pavimentado com a miséria familiar, a falta de emprego e de perspectivas para uma juventude que está na sua maior parte destinada a ficar sem emprego e sem educação.

Processo de privatização dos portos e quebra de direitos trabalhistas

O avanço do processo de privatização e desnacionalização dos portos tem gerado, entre outras consequências, a quebra de direitos trabalhistas históricos dos portuários.

A Lei 8.630/93, conhecida como “Lei de Modernização dos Portos” teve como principal diretriz a privatização do setor. Para isto foi necessário, primeiramente, enfraquecer a forte organização sindical dos portuários, que detinha o controle sobre a organização do rodízio dos trabalhadores avulsos. A lei previu, então, a criação de um Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) em cada porto, gerido pelas empresas de operação portuária. Os sindicatos resistiram a este ataque como puderam, com boicotes, manifestações, paralisações, etc., mas na virada do século todos os portos já tinham o seu OGMO funcionado.

É preciso sim levantar as reivindicações que expressam a real defesa da vida, do trabalho, da educação da juventude. Um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter dignamente a vida da família trabalhadora (em nossos cálculos, R\$ 4.600,00), reajustado automaticamente de acordo com a inflação (escala móvel de salários); acabar com o desemprego, por meio da estabilidade para todos, e divisão de todas as horas de trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho); uma jornada de trabalho de 4 horas e mais 4 horas na escola, de forma a permitir o estudo e o lazer; uma escola pública e gratuita a todos, laica, científica, única (sem ensino pago) e vinculada à produção social (unidade entre teoria e prática), autônoma em relação à burguesia e seus governos e controlada pelos que estudam e trabalham.

Somente por esse caminho será possível dar uma perspectiva de vida, trabalho e estudo à juventude e afastá-la da via do crime, que se lhe oferece como alternativa à miséria imposta pelo capitalismo em decomposição. É na unidade na luta com os explorados contra os exploradores que a juventude se defenderá da violência reacionária capitalista e dará passos para a libertação da humanidade de todas as mazelas e violência sociais. É empunhando as reivindicações gerais que os trabalhadores avançarão na luta contra os capitalistas e seus governos, e defenderão a vida e trabalho dos oprimidos contra a decomposição para onde a crise capitalista procura lhes arrastar. É na luta pelo socialismo pela via da revolução proletária que a juventude e os trabalhadores darão passos para sua emancipação.

Abaixo a redução da maioria penal! Trabalho e escola para toda a juventude: 4 horas no trabalho e 4 horas na escola!

Salário Mínimo vital a toda família trabalhadora! Escala móvel de reajuste!

Fim do desemprego! Estabilidade a todos e Escala móvel das horas de trabalho!

Abaixo a repressão! Pelo fim dos assassinatos da juventude negra e pobre nas periferias! Pelo fim de todos os processos políticos e prisões dos lutadores!

Pelo Fim da Polícia Militar! Organização de milícias populares sob controle operário!

Uma outra consequência da Lei 8.630/93 foi que a negociação que antes era feita entre a Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) e as federações sindicais passou a ser fragmentada por porto, quebrando a unidade nacional do movimento portuário e abrindo espaço para o avanço do capital sobre determinadas regiões, bem como gerando uma concorrência entre os portuários.

Nos portos sob concessão ou arrendamento os operadores portuários são obrigados a requisitarem a força de trabalho do OGMO, seja avulsa ou com vínculo empregatício. Nos Terminais de Uso Privativo (TUP) não há esta obrigatoriedade, o que gera, na prática, um rebaixamento dos salários dos portuários. A lei 12.815/13, sob o governo do PT, aprofundou o processo de privatização do setor ao permitir que os Terminais de Uso

Privativos (TUP's) pudessem movimentar cargas de terceiros. Entre a aprovação da lei e Maio de 2015 foram autorizados 34 novos TUP's. Com o recente "Pacote de Investimentos em Logística" (PIL) estão previstos 64 novos TUP's. É o avanço da privatização e da quebra de direitos dos trabalhadores portuários.

Crise de direção nos sindicatos portuários

A burguesia nacional e internacional não conta somente com o apoio do Governo Federal do PT para realizar um profundo ataque contra os portuários. Conta também com as direções sindicais traidoras.

A Federação Nacional dos Portuários (FNP/CUT) dirigida pelo PT, e a Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuária (FENCCOVB/CTB) dirigida pelo PCdoB enaltecem o Governo Federal e o processo de privatização utilizando a ideia ilusória de "modernização". Na página eletrônica do FENCCOVB é possível ler uma matéria que diz que **"o sucesso do novo modelo já pode ser**

comprovado no setor portuário. Desde a vigência da nova Lei dos portos, a SEP autorizou 34 TUPs, com previsão de investimento de R\$ 10,4 bi" e "os TUPs vêm sendo um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico-social do país no setor portuário". Colocando-se, portanto, ao lado do Governo burguês e da burguesia nacional e internacional, contra os trabalhadores.

Já a importante Federação Nacional dos Estivadores (FNE/Força Sindical) é dirigida pelo SD (Solidariedade) e embora venha travando um duro combate em Santos contra a Embraport (Odebrecht e DP World), com greves, ocupações de navios, etc., é incapaz de defender os trabalhadores portuários porque apoia o PL 4330 da terceirização e a oposição burguesa que se organiza em torno do PSDB.

Está colocada a necessidade de formar uma fração revolucionária no interior dos sindicatos portuários que defenda as reivindicações imediatas e gerais dos trabalhadores. Que nenhum portuário ganhe menos que o Salário Mínimo vital, que pelos nossos cálculos é de R\$4.600, reajustado conforme o aumento da inflação! Pela estatização, sem indenização, de todo o setor portuário sob o controle operário!

Paraná

Universidades são as últimas a suspender a greve no Paraná

Entre os dias 22 e 26 de junho, as universidades paranaenses suspenderam a greve que se iniciou em abril. Os professores e técnicos das escolas estaduais (mais de cem mil) já haviam interrompido a greve em 9 de junho, após o seu sindicato (APP) concordar com a proposta formulada pelos deputados da Assembleia Legislativa que adia a reposição para janeiro de 2016. Também os servidores da saúde e meio ambiente realizaram assembleias que decretaram o fim da greve em 9 de junho.

Pela proposta, aprovada em 22 de junho na Assembleia Legislativa, ao invés de repor em maio/2015 os 8,17% das perdas acumuladas no último ano, o governo vai acrescentar aos salários dos servidores 3,45% em outubro/2015; a inflação acumulada de 2015 em janeiro de 2016 e, a inflação de 2016 em janeiro de 2017, reestabelecendo a data base em maio de 2018. Antes dessa, outras propostas haviam sido descartadas ou pela própria Assembleia Legislativa, pelos sindicatos ou pelo governador, tendo esta última o acordo tácito da APP e do Fórum, ao ponto das assembleias das principais categorias (educação e saúde) deliberarem pelo fim da greve, alguns dias após ser formulada e antes sequer de ser votada. O fato de posteriormente a APP e outros sindicatos do Fórum esbravejarem que não fizeram acordo, não anula que houve sim um acordo. Ademais, durante a tramitação do projeto, os sindicatos da saúde e outros que já saíram da greve pressionaram até os parlamentares da oposição a aprovar o projeto dos 3,45%

Após o principal sindicato se retirar do conflito, o fim da greve nas universidades era uma questão de dias. Porém, a disputa pela representação dos docentes entre os sindicatos mistos com as seções sindicais do ANDES, na maioria das universida-

des, esticou a greve até a semana de 22 de junho. Para justificar o alongamento da paralisação, inventaram uma suposta luta dentro do parlamento estadual protagonizada, segundo eles, pelos deputados da oposição (alguns do PMDB e os do PT). De acordo com o comando das seções sindicais do ANDES: "Apesar de somente o ANDES/SN ter acreditado e atuado **na construção da emenda** de 8,17% junto à oposição parlamentar, **conseguimos arregimentar um grupo de deputados** que nos apoiou para assinar e apresentar uma emenda restituindo o índice de 8,17%". Vendem a si próprios uma ilusão, enganam os docentes e escondem o labor divisionista que realizaram ao longo de todo o processo.

Na verdade, os deputados supostamente "arregimentados" pelo ANDES são os mesmos que haviam participado do acordão dos 3,45%. Mas, aproveitando o desgaste do governo, resolveram "tirar uma casquinha" e desgastá-lo um pouco mais com manobras protelatórias – jogando para os holofotes da publicidade – adiando o resultado que todos tinham como certo. Nenhum deles teve pudor para aprovar no dia seguinte um escandaloso aumento de 30% para os servidores do legislativo e, agora no mês de julho, os mesmos 8,17% negados aos servidores do executivo, para os servidores do Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público.

Nesse cenário teatral, pois tudo não passou duma pantomima, ficaram as AD's e os sindicatos mistos se atacando mutuamente e vendendo a ilusão de que seria possível arrancar os 8,17% mediante emendas parlamentares e com os professores da rede fora da greve. Tanto um quanto outro grupo boicotaram durante a greve a constituição de um comando das universidades, não seria, portanto, no final que se unificariam. Pelo contrário, o que se viu foi o acirramento da divisão e uma

situação que as bases e novas vanguardas terão que resolver no futuro.

Importância da luta dos servidores paranaenses

A suspensão da greve nas universidades foi o derradeiro episódio de um dos mais importantes enfrentamentos dos servidores públicos com o Estado, e de grande repercussão nacional. Estava em questão a defesa de direitos que o governo do Paraná se propôs liquidar contando com a conivência ou a desorganização dos funcionários públicos. Pois, de fato, no final de dezembro, o governo já havia conseguido, sem nenhuma resistência, aprovar um pacote atacando a população com aumento de impostos, rebaixou a aposentadoria dos futuros servidores e instituiu a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do Estado. O “ajuste fiscal” paranaense é apenas o capítulo estadual do ajuste que todo o estado burguês implementa no plano nacional, descarregando nas costas dos servidores o peso principal do “ajuste” ao mesmo tempo, em que conclui com a liquidação dos serviços sociais.

Entretanto, a extensão do segundo pacote provocou a explosão dos servidores públicos, principalmente dos jovens professores da rede, que embora carreguem o fardo numa escola semidestruída, sofrem os piores ataques e são tratados pouco menos que como escravos sem direitos. Foi a pressão deste jovem professorado que empurrou o seu sindicato – a APP Sindicato – a uma greve contra o pacote. Na sequência, as sete universidades estaduais, embora com sua organização sindical dividida, também entraram em greve. Caminhava-se para uma greve de todo o funcionalismo.

Antes, porém, da generalização da greve que nunca aconteceu, a prepotência do governo provocou a radicalização dos servidores que, na iminência de perder os recursos do seu fundo previdenciário, ocuparam a Assembleia Legislativa do Paraná e impediram pela pressão física que fosse aprovado o confisco definitivo do fundo. Foi o ponto mais alto do enfrentamento e mostrou de modo prático o instrumento que os trabalhadores têm para defender seus direitos – a ação direta.

O país inteiro acompanhou o ingresso atabalhado dos deputados da base governista num camburão para aprovar o projeto do governo. Assim como o vexame destes, acudados numa sala da ALEP rodeados pelos trabalhadores que impediram a aprovação do pacote. Faltou pouco para serem linchados.

Em que pese o impulso que esta ação deu à luta dos servidores e de ter colocado o governo contra as cordas, a burocracia sindical da APP retomou a iniciativa conciliadora, propôs abertamente uma “mediação” com o juiz que havia decretado a greve abusiva e achou uma via para encerrar a greve. Nas universidades, este papel foi desempenhado pelas seções sindicais do ANDES.

Mas, a revolta continuava acesa, pois os professores e técnicos das escolas e universidades defraudados pelas suas direções continuaram mobilizados contra a iniciativa do governo que iria se apropriar do fundo previdenciário por outros meios. A iniciativa do governo contou inclusive com a colaboração da APP que resolveu “emendar” o novo projeto de expropriação do fundo previdenciário, preparando o caminho da derrota posterior. O choque explodiu nos dias 28 e

29 de abril, no dia e na véspera da aprovação pela ALEP do novo projeto do governo.

Desta vez, o governo preparou uma operação de guerra para impedir a ocupação da Assembleia e a repetição do vexame de fevereiro. Os servidores públicos, que foram se manifestar diante do parlamento com a expectativa de repetir a ocupação estavam, porém, desarmados. Não compareceram centralizados nem organizados por um comando de sindicatos. Estavam dispersos e sem direção. Nessas circunstâncias, em que pese o heroísmo de enfrentar de peito aberto as balas de borracha, os cassetetes, o spray de pimenta e as bombas de gás lacrimogêneo, não havia a menor possibilidade de atravessar o cordão de isolamento e acessar à Assembleia.

Durante toda a semana, as direções do Fórum de entidades Sindicais resistiram em assumir o papel de centralizar as ações. Colocaram-se dessa forma pela derrota prática no dia da aprovação sem se importar com os milhares de professores, estudantes e outros servidores que apanharam da repressão em defesa dos seus direitos. Nada mais lógico por parte de uma direção que já antes havia resolvido colaborar com o governo propondo emendas, mas aceitando a tese central de transferir para o fundo previdenciário pagamentos de responsabilidade do governo.

Contudo, a resistência dos servidores e estudantes no centro cívico de Curitiba indicava que havia alternativas à colaboração de classes. A mesma que já se manifestara em fevereiro e nas inúmeras manifestações e passeatas que ocorreram em todo o estado do Paraná durante a greve. E foi essa alternativa a que se manifestou na retomada da greve, depois do massacre do dia 29 de abril.

A segunda fase da greve teve o objetivo de preservar a data base que o governo acabou derrotando também. Mas o exemplo de combatividade, sacrifício e principalmente de recorrer à ação direta massivamente marcou os combates tanto que, ao mesmo tempo, diversos outros servidores públicos em vários estados também protagonizaram.

Com o prolongamento do conflito, as pressões sobre os servidores das escolas e universidades isolados – pois não se configurou uma greve geral do funcionalismo – foi provocando desgastes. Porém, mais uma vez, a direção do Fórum e da APP tiveram papel decisivo na liquidação do movimento, pois num momento de grande enfraquecimento do governo do Paraná, resolveram apoiar uma alternativa formulada pelos parlamentares desesperados para se livrarem também eles da desmoralização em que caíram. E esta alternativa foi a de aceitar o confisco da data-base.

Os professores e técnicos das escolas e universidades ainda deverão tirar as lições desta greve. Contudo, já está gravada na sua memória a experiência da ocupação da Assembleia Legislativa e o massacre do dia 29 de abril. A confiança em suas próprias forças já faz parte da experiência desta nova geração de trabalhadores. Ao mesmo tempo, também está gravada na sua memória a traição das direções sindicais que em mais de uma ocasião se colocaram por ajudar o governo contra a classe. As formas de superar o obstáculo que são as burocracias sindicais constituem tarefas históricas do movimento, mas, as jornadas que protagonizaram de fevereiro até junho indicam que são capazes de enfrentar este desafio.

Funcionalismo e Educação Federal, em greve, realizam atos em Brasília

Nos dias 6 e 7 de julho, foram realizadas duas atividades unificadas em Brasília. O Encontro da Educação Federal, no primeiro dia, agregou cerca de 600 participantes (estudantes, técnicos e professores das Universidades e Institutos Federais). Já a marcha do funcionalismo, no dia seguinte, contou com a participação de 3 mil servidores e estudantes. Foi a primeira ação conjunta, nacional, após a deflagração da greve, em 28 de maio.

O Encontro da Educação Federal foi organizado pelo ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA, Oposição de Esquerda da UNE, ANEL e FENET. Teve como tema “A Educação Pública: contra os cortes no orçamento e por mais investimento público”. Pela manhã foi realizada uma plenária de análise de conjuntura. E à tarde, uma discussão em grupos que subsidiaria a construção de um Manifesto. A Corrente Proletária na Educação atuou com a defesa do programa proletário para a Educação e a defesa da construção da greve geral para derrotar as medidas antioperárias e antipopulares do Governo burguês de Dilma Rousseff, do Congresso Nacional e do Judiciário.

Os grupos, compostos majoritariamente por estudantes, foram receptivos às propostas de estatização do sistema privado sem indenização, efetivação dos terceirizados e defesa da democracia operária na construção das frentes de luta, com soberania das assembleias. Chegando na plenária final, porém, mais uma vez a direção das entidades apresentaram o método do “consenso progressivo”. Ao serem questionados como se resolveriam as divergências apresentadas nos grupos, o diretor do ANDES que coordenava a mesa respondeu “as entidades decidirão a partir do acúmulo anterior”. Mais uma vez, as centenas de participantes foram tratados como figurantes e se impôs o consenso de cúpula. Nem mesmo a questão de ordem sobre a metodologia foi permitida. Os relatores dos GTs apresentaram as propostas e a plenária foi encerrada. Os diretores do ANDES defendem que esta é a única forma de construir a unidade, inclusive com setores governistas. Nós, da Corrente Proletária na Educação, insistimos na defesa da soberania das plenárias e na garantia da democracia sindical.

No dia 7, aconteceu a Caravana Nacional em Defesa da Educação Pública. Apesar de estarmos com mais de 3 mil participantes, a dispersão impediu que essa força social arrancasse uma audiência com o MEC. Não houve nenhuma ação mais contundente, como o bloqueio das entradas do ministérios ou bloqueio das avenidas. Tudo ocorreu nos limites acordados com a polícia, que, mesmo assim, expunha seus armamentos, sprays de pimenta e cassetetes para desencorajar qualquer iniciativa. O ato festivo e dispersivo foi respondido com descaso pelo Ministro da Educação, Renato Janine. A carta elaborada pelas entidades, denunciando os cortes, foi protocolada, sem que houvesse qualquer retorno.

Mesas de enrolação

Na sequência, a manifestação se dirigiu ao Ministério do Planejamento (MPOG), onde havia uma reunião agendada com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Fede-

rais para as 14h. Ao chegarem ao Ministério, os representantes das entidades se depararam com uma reunião com cerca de 30 associações e sindicatos que não estão em greve, muitas das quais criadas apenas para receber o dinheiro do imposto sindical. O Fórum, que é composto por 23 entidades, vinculadas à CUT, CTB e CSP-Conlutas e representa a imensa maioria dos servidores, se recusou a participar desta armadilha. Porém, teve de se retirar e esperar para ser recebido depois, somente às 17h. Em frente ao MPOG, a CUT instalou um carro de som, com músicas despolitizadas em alto volume, para impedir qualquer palavra de ordem que pudesse atingir o governo. A Corrente Proletária na Educação conseguiu furar o bloqueio e fazer uma fala indicando que o governo demonstra que só conseguiremos arrancar a reposição salarial e derrubar os cortes e ataques se adotarmos métodos mais radicalizados. A proposta do governo de 21,3% parcelados em quatro anos (5,5% em 2016; 5% em 2017; 4,75% em 2018; e 4,5% em 2019) foi rejeitada por todas as entidades do Fórum. O índice proposto não repõe nem mesmo a inflação, prevista pelo Banco Central em 9% em 2015. O acordo plurianual foi denunciado como uma armadilha. O movimento insistiu na pauta já protocolada, uma nova audiência será marcada até o dia 21 de julho. Além do ANDES e FASUBRA, a FENASPS e FENAJUFE também deflagraram greve e a ASFOC, CONDSEF e ASSIBGE já aprovaram a deflagração. Uma nova caravana está marcada para o dia 22 de Julho.

Pautas

A Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais (SPF) tem como reivindicações unificadas o reajuste de 27,4%, a data base dos SPF em 01 de maio, a paridade entre ativos e aposentados, a revogação do FUNPRESP (previdência privada) e da EBSERH (privatização dos hospitais universitário). Além disso, se coloca pela revogação das leis e medidas de ataques aos direitos dos trabalhadores, dentre outros pontos.

A pauta específica do ANDES, cuja greve já atinge 40 seções sindicais, faz o vínculo entre o arrocho salarial ao funcionalismo e os cortes na Educação. A cada dia, um novo programa é sacrificado. Há universidades, como a UFAL que tiveram sua energia cortada por falta de pagamento. Na grande maioria, os terceirizados estão com salários atrasados e sendo demitidos. Os programas de permanência estudantil, bolsas, etc. estão sendo impactados. A outra face da precarização e do corte de R\$9,4 bilhões de reais no orçamento da educação é o incentivo às corporações de ensino que continuam a se beneficiar com o FIES e PROUNI. Em meio aos cortes, o governo recomenda “criatividade”, ou seja, precarização e saídas individuais privatistas. A ameaça de contratação de professores via organizações sociais é cada vez mais forte, sendo já julgada como constitucional pelo STF.

Estudantes realizam plenárias, mas não aprovam encaminhamentos concretos

A juventude e estudantes estão na mira da ofensiva do go-

verno e congresso nacional. A redução da maioria penal mostra o plano repressivo de ampliar o encarceramento dos jovens negros e pobres. A lei da terceirização golpeia profundamente esta camada, assim como a mudança do seguro-desemprego. Nas universidades, como os estudantes são excluídos do poder, os cortes recaem primeiro sobre eles, assim como sobre os terceirizados. Tais ataques exigem uma resposta unificada, porém, as entidades nacionais estão fragmentadas e a união da Oposição de Esquerda da UNE (PSOL e PCR) e ANEL (PSTU) é apenas formal.

Os estudantes da UFBA, que têm feito uma experiência frentista, convocaram uma plenária para o dia 6, à noite. A reunião contou com a presença de estudantes da UFBA, UFCG, UFRJ, UFF, UERJ, UFMS, UFRGS. Foi debatida a necessidade da construção de uma frente de esquerda estudantil nacional para articular as lutas nacionalmente e que seja para além da greve. Alguns princípios foram colocados (antigovernismo, classismo, ação direta, independência diante de reitorias e governos, democracia interna, unidade na ação). A proposta foi bem aceita pelos estudantes e foram tirados como encaminhamentos: levar para as bases essa proposta, uma próxima reunião no próximo ato nacional e a criação de um grupo para discutir ações nacionais unificadas.

Outra plenária mais geral foi realizada na tarde do dia 7.

Rondônia

Os técnico-administrativos representam a força mobilizadora da greve na Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Desde que ocorreu a deflagração da greve nacional que os técnico-administrativos vêm representando nacionalmente a maior força desta greve em número de adesão. Na UNIR, de um modo geral e no Campus de Rolim de Moura, não é diferente. No entanto, a força para a conquista das reivindicações depende da unidade da luta unificada entre professores, estudantes e técnico-administrativos.

A greve na UNIR iniciou no dia 1º de junho, já contamos com 39 dias de greve e não aconteceu nenhuma assembleia no campus com a presença da ADUNIR, que esteve presente apenas uma vez sem que houvesse mobilização por parte da representante da entidade, que é a diretora do Campus e que pelo próprio caráter de seu papel burocrático no interior da universidade vem se revelando insatisfeita com a greve e se aliando a professores que pressionam pelo fim das mobilizações e pelo fim da greve.

Para a militância da Corrente Proletária da Educação (CPE), a força de qualquer greve, portanto, da luta contra os patrões e governos capitalistas encontra-se na unidade dos explorados mobilizados e orientados por meio dos métodos da ação direta.

A CPE, desde o momento que se iniciaram as mobilizações de luta no campo da educação com as paralisações nacionais a partir de abril de 2015, defendeu no interior da luta a unidade da greve, chamando atenção para a defesa entre professores, servidores técnico-administrativos e estudantes para que, em assembleias gerais, deliberarem pautas de luta e mobilizações unificadas.

No caso do *campus* de Rolim de Moura, a disposição dos técnico-administrativos para encarar a unidade manifestou-se de imediato.

ANEL e Oposição de Esquerda impuseram, no início, que não seria um espaço deliberativo. Muitas falas giraram em torno da unidade e em construir as lutas nacionalmente mas poucas colocaram encaminhamentos práticos. A Corrente Proletária Estudantil/POR e a Frente de Esquerda da UFBA propuseram encaminhamentos como a construção dessa frente nacional e formação de um comando nacional de greve e mobilização, afinal já são mais de 20 universidades com greves estudantis. Defendeu também uma campanha nacional em defesa dos trabalhadores terceirizados e da efetivação. Não foi tirado nenhum indicativo de construção do comando ou da frente. Apenas constarão em um manifesto elaborado pelas entidades majoritárias.

Por trás de todas estas medidas contra a educação, a juventude e o funcionalismo, está a garantia do superávit para pagar os juros e amortizações da dívida pública. As bandeiras de luta e os métodos, porém, não estão à altura dos ataques e da unidade da burguesia, governos e imperialismo. A Corrente Proletária na Educação trabalha, seja nas universidades onde atua, como no Comando Nacional de Greve, pela vitória do movimento. Incentivando a unidade entre estudantes, técnicos, docentes e terceirizados e a garantia da paralisação por meio dos piquetes e barricadas. Defendemos que a greve da Educação e do funcionalismo sejam um elo na construção da Greve Geral.

Na segunda semana de greve, a tentativa de unidade foi quebrada por docentes que queriam furar a greve, dando aula para alunos finalistas, descumprindo, inclusive, deliberação de uma assembleia dos estudantes que votaram pelo apoio à greve e que foi reafirmado na assembleia dos professores. Assembleia de docentes e discentes reafirmou a greve e o impedimento de qualquer aula, para qualquer período ou curso.

Na terceira semana de greve, após a exposição de fragilidade do movimento docente diante da greve, o portão de entrada do campus foi fechado para carros, mas as pessoas e motos tinham acesso normal. Esse fato causou insatisfação entre membros do comando de professores, o que representou a sua diminuição, pois houve uma oposição quanto a atividades mais radicalizadas e, inclusive, houve membros do comando que queriam os nomes dos “autores” do trancaço e exigiam a retirada das correntes.

O método de impedir os fura greve por meio do uso de correntes nos portões dos campi já se tornou uma tradição na luta. Dia 6 foi o momento do *campus* de Porto Velho, que, pela segunda vez, nesta greve teve os portões com entrada bloqueada para o acesso de veículos.

Esta semana numa reunião do comando de greve local de Rolim de Moura foi realizada uma assembleia que deliberou pela exigência da presença da ADUNIR na nossa próxima assembleia que foi marcada para o dia 29 de julho. Como resultado saiu também um calendário de assembleia para todos os Campi na última semana de julho, mas sem uma proposta de Assembleia Geral reunindo representantes de todas as unidades da Sede e Fora da Sede.

Entre os estudantes, a greve é fraca. Apenas em Rolim de Moura houve assembleia para defender o apoio à greve, mas mesmo nesse campus, o CA de Pedagogia com representantes do MEPR quis quebrar o apoio exigindo que os alunos finalistas de Pedagogia tivessem aulas para se prejudicarem.

Rondônia

Prefeitura e justiça burguesa quebram a greve dos trabalhadores de transportes de Porto Velho

Dia 06/07, os trabalhadores do transporte público de Porto Velho iniciaram uma greve geral de toda a categoria, com 100% da classe, para pressionar a prefeitura de Porto Velho em relação a um acordo dos trabalhadores com as duas empresas que prestam o serviço na capital, a Rio Madeira e a Três Marias, que venceu em 30 de junho. De acordo com o sindicato, Sitetuperon, a paralisação tinha também como objetivo o reajuste salarial de 19% e aumento no vale alimentação, que hoje é de R\$ 10,00 para o valor de R\$ 15,00, e aumento no ticket alimentação, que corresponde a R\$ 135,00 e deveria passar para o valor de R\$ 300,00.

Antes mesmo da greve iniciar, a prefeitura, em vez de cobrar as empresas, declarou que liberaria todo tipo de transporte para os dias de greve. Ou seja, o poder da categoria de pressionar tanto a prefeitura quanto às empresas já seria enfraquecido. Ao mesmo tempo, a justiça determinou que por meio de liminar que 80% da frota funcionasse no período de pico e multa de 100 mil por dia ao sindicato que desobedecesse a liminar.

Amazonas

PSDB e governistas se juntam contra a greve na UFAM

Depois de mais de um mês de negociações frustradas com o MEC e o MPOG, o sindicato nacional docentes, ANDES, tirou a construção da greve das IFEs a partir de 28 de maio. Tendo realizado assembleias com indicativos, atos, reuniões em vários *campi* da universidade, com força em Manaus, Parintins e Humaitá. No dia 26 de maio, a deliberação da greve era ponto de pauta. Assim foi feita assembleia em Humaitá, Parintins, Coari e Benjamin Constant, unidades fora da sede e do interior do Amazonas. Em todas, a votação foi majoritária pela aprovação da greve. Em Manaus, o plenário encontrava-se dividido e o DCE, dirigido pelo PSDB, assim como docentes ligados à administração e ao PCdoB, criaram um tumulto para impedir que os votos dessas unidades do interior fossem contabilizados na somatória geral da UFAM para deflagração ou não da greve. Instalou-se o impasse, a assembleia de Manaus foi implodida pela agitação dos estudantes direitistas e ADUA (associação docente da UFAM) suspendeu a assembleia.

Foram necessárias duas semanas para encontrar os meios necessários (como espaço para reunir quase mil pessoas) para retomar a Assembleia de Manaus. No dia 09 de julho, a assembleia foi retomada. Itacoatiara, também *campus* fora da sede, realizou sua assembleia e também aprovou a deflagração. Representantes do interior foram a Manaus para defender as suas assembleias e votações, incluindo membro da Corrente Proletária na Educação, de Humaitá. Em uma assembleia tensionada pelo DCE direitista e por esse grupo organizado de docentes governistas, sequer a discussão pôde se estender: apenas 10 falas para debate, sendo 5 a favor e 5 contra a greve. Os golpistas contra a greve queriam

A CPE continua lutando pela unidade dos três setores, apoiando as atividades que organizam, mobilizam e garantem a paralisação da Universidade e lutando pela vitória da greve contra a quebra de direitos, contra o arrocho e contra a política de cortes do governo Dilma!

Como era de se esperar, sem uma direção combativa e golpeado por todos os lados, os motoristas e cobradores suspenderam a greve depois de 72 horas. O sindicato apoiou-se inclusive no discurso da prefeitura e da justiça que alegou que as empresas tiveram seus contratos de serviços suspensos e, portanto, não havia “com quem negociar”. Ora o transporte é público. O responsável é o governo municipal. Com empresa ou sem, era contra ele que o movimento grevista deveria se voltar. Mas, pressionados, dirigentes capitularam e os trabalhadores não se puderam se opor.

Assim, apesar disposição de lutas dos trabalhadores, quem ganhou mais uma vez com o apoio do sindicato e, inclusive, da CUT estadual? O governo e a justiça burgueses. Arrocho salarial, péssimas condições de trabalho e superexploração se mantêm e se agravam e agora se espera a boa vontade da justiça e da prefeitura para que novas empresas capitalistas disputam para ganhar com o serviço de transporte.

passar por manobra uma votação de plebiscito sobre a greve. Esse não é o objetivo daquela assembleia nem é método de luta de um sindicato combativo. Entreviemos com o objetivo de apresentar a posição absolutamente majoritária em favor da greve das unidades do interior, criadas em função do REUNI e por isso mesmo precarizadas até hoje. Entreviemos também apontando o golpe do plebiscito e defendendo o método da assembleia como único instrumento legítimo para deflagrar a greve.

Como se esperava, a votação em Manaus pendeu para os contrários, tendo à frente os docentes do Direito, da Medicina e da Faculdade de Tecnologia. No entanto, na somatória dos votos, com as unidades do interior, a greve foi deflagrada por 292 votos contra 271 contrários a partir de 15 de junho.

Imediatamente foram organizados os comandos de greve locais e os calendários de atividades para que a universidade ficasse ocupada foram colocados em marcha. Não obstante governistas e direitistas continuaram de todas as formas a boicotar e sabotar os movimentos. PSDB e PCdoB apoiaram os seus na campanha “estamos em aula”. Internet, camisetas, faixas, abaixo-assinados – uma infinidade de métodos individuais foi colocado para deslegitimar a greve. Entraram com pedido de investigação no Ministério Público Federal para verificar “irregularidades” na deflagração da greve e, não bastasse tudo isso, conseguiram liminar no dia 02 de julho impedindo que o Consuni (órgão máximo de deliberação) discutisse e deliberasse pela suspensão do calendário acadêmico, prática comum na universidade, e que impediria imediatamente que qualquer fura-greve continuasse com suas aulas.

Mais uma vez, DCE e docentes entraram com ação que deixou claro a inexistência de uma real autonomia universitária, porque sequer debater sobre o calendário acadêmico os representantes dos institutos e faculdades puderam, devido à liminar. Apesar dessas ações, a greve continua forte e os contrários a greve, depois de mais de três semanas, perderam completamente sua “ação coletiva”, dependendo dessa intervenção da Justiça sobre o movimento.

A defesa da Autonomia

A luta pela autonomia, ponto de pauta dessa greve nacional, passa pelo fortalecimento da luta dos três setores, mas não será arrancada conquistada por ações jurídicas, mas apenas pelo governo tripartite de docentes, discentes e técnicos apoiados em Assembleia Geral Universitária. Essa é a lição que fica de mais esse episódio contra a “autonomia”, garantida pela Constituição. O governo, a justiça e todas as forças contrárias à educação pública podem a qualquer momento atuar para demonstrar a formalidade dessa “autonomia constitucional”. Apenas a força do movimento sindical e estudantil pode garantir a verdadeira e real Autonomia Universitária.

Apeoesp

Balanço da Greve e eleição de delegados para o CECUT

O Conselho Estadual de Representantes (CER) da Apeoesp, realizado no dia 4 de julho, foi o primeiro após a suspensão da greve. Três assuntos compareceram no centro do debate: primeiro, o balanço do movimento. A Corrente Proletária na Educação – POR expôs sua avaliação, apesar do tempo limitado, apontando como aspectos mais importantes: a) a conexão entre a crise do capitalismo e a ofensiva do governo sobre os direitos, empregos e salários trabalhadores, fator que explica a intransigência de Alckmin; b) o papel de freio desempenhado pela CNTE, que tinha em suas mãos uma situação concreta de greves em vários estados e municípios e nada fez para unificá-las; c) o avanço do professorado paulista em relação aos métodos de luta, com os bloqueios de avenidas, assembleias massivas etc. Não restam dúvidas de que foi uma greve heroica a protagonizada pelos professores.

Outro assunto foi a reposição de aulas. Foram prestados os esclarecimentos jurídicos sobre as dificuldades impostas pelas Diretorias Regionais de Ensino e diretores de escola. Para a Corrente Proletária, entretanto, o cerne da questão está no enorme peso negativo que o corte dos salários constitui para o trabalhador grevista. É sabido que essa prática intimidadora por parte do governo tornou-se regra desde 2000. O magistério precisa compreender a importância de pôr em pé os mecanismos de sustentação financeira da própria mobilização (fundo de greve). É preciso combater a passividade, os comandos não podem ficar esperando da direção do sindicato o auxílio financeiro necessário para permanecer resistindo.

Ainda sobre as reposições, destacou-se a decisão do STF, que obrigava o governo estadual a pagar os dias parados. A Corrente Proletária sempre se posicionou contra qualquer ilusão nas instâncias do Estado burguês. Jamais deixou de clamar aos trabalhadores para que confiassem em suas próprias forças. Tais considerações de princípio, porém, não podem conduzir a análises mecânicas: não alimentar ilusões na Justiça

Esse histórico geral da greve na UFAM também demonstra como nesse momento de crise econômica, de crise política, a greve se coloca como um instrumento mais poderoso para se opor à destruição de direitos e à política de todas as frações que dirigem o Estado (sejam aquelas “governistas” ou “oposicionistas”) de descarregar a crise sobre os trabalhadores para garantir o parasitismo financeiro.

A unidade entre PSDB e PCdoB na luta contra a greve mostra como objetivamente ela se choca contra o Estado burguês e a política burguesa. Por isso, a sua vitória é a vitória contra o ajuste fiscal, contra a criminalização e judicialização dos movimentos sociais, contra o ataque aos direitos trabalhistas e sociais. Para isso, a greve das universidades federais precisa fortalecer suas atividades de rua, ganhar o apoio da massa dos estudantes, e trabalhar para a greve geral do funcionalismo federal se fortaleça, como já temos visto com associações de trabalhadores do judiciário federal em greve em alguns estados.

Pela vitória da greve das Universidades! Pela construção da greve geral! Pela derrota do plano de ajuste fiscal levado à frente pelo governo Dilma e apoiado por todas as frações burguesas!

não significa dizer que esta nunca se posicionará a favor dos explorados. O Estado possui seus atritos internos que podem, diante da pressão dos oprimidos, resultar em certas concessões. É o que ocorreu com a decisão do Supremo Tribunal Federal em favor do pagamento dos dias parados, mediante reposição. O que não se pode é converter o que é excepcional em regra e assim desviar a categoria de seus próprios métodos de luta, comprometendo sua independência frente aos governos e à classe dominante. A Corrente Proletária divulgou o folheto sobre o balanço da greve de 92 dias.

O último assunto do CER foi a eleição de delegados para o CECUT (Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores). A Articulação Sindical-PT procurou a militância do POR antes de iniciar o processo para lhe oferecer um acordo, segundo o qual lhe reservava o direito a um delegado. Diante da negativa, a Articulação chegou a fazer insinuações irônicas, sugerindo que o POR concluiria sem representante, dada a quantidade reduzida de conselheiros ligados à Corrente Proletária na Educação. Contudo, foram os petistas que acabaram desconcertados frente à conquista do delegado porista através do voto.

Esse processo revelou ainda, simultaneamente, a diferença de método entre o POR e o PCO. Este submeteu-se ao acordo com a Articulação e abriu mão de defender sua tese, colocando em segundo plano o princípio da democracia operária. O POR, ao contrário, usou a tribuna para expor seu programa. Iniciou indicando a gravidade da crise econômica e as ações de resistência das massas. Defendeu a independência de classe e o método da ação direta. Colocou a importância da unidade dos trabalhadores, lembrando sua posição contra as cisões nas centrais sindicais e em defesa de uma única central sindical. Apontou a tarefa de constituir as frações revolucionárias no interior das organizações de massas, combatendo o governismo e o corporativismo. Comparecerá ao CECUT tendo sido eleito sobre a base desse programa.

Nesta edição:

- 26 anos do Partido Operário Revolucionário – seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
- 80 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia
- Nem o Papa, nem a Corte Celestial salvarão Evo do crescente repúdio do povo explorado
- O Syriza capitula mais uma vez, se submete aos ditames do imperialismo e arrasta as massas atrás de si

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



26 anos do Partido Operário Revolucionário – seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Tomamos como data de fundação do Partido Operário Revolucionário (POR) o 1º Congresso, realizado nos dias 1 e 2 de julho de 1989. Distamos a 26 anos deste acontecimento. Certamente, houve um processo anterior de aglutinação de militantes, que haviam sido excluídos ou abandonado a organização Causa Operária, que hoje assumiu o nome de Partido da Causa Operária em função de sua legalização.

O surgimento do POR, que inicialmente se reivindicou como tendência pela construção do Partido Operário Revolucionário (T.POR), foi possível devido ao fato de contar com três ex-militantes da origem da Causa Operária. Um deles, iniciou sua militância na organização 1º de Maio, no início dos anos 70, quando imperava a ditadura militar. A organização 1º de Maio se fundiu, em meados dos anos 70, em um Congresso clandestino na cidade de Santos, com duas outras organizações, que também haviam rompido com o posadismo, que ostentou por um bom tempo o nome de POR e desgraçadamente o de trotskismo. A principal delas era a Fração Bolchevique do Rio Grande do Sul. O grupo Outubro não passava de um pequeno círculo de exilados na França e que se integrou à Organização Comunista Internacional (OCI), que comandava o CORQUI, cujo principal dirigente era Pierre Lambert.

Neste momento, o POR da Bolívia e Política Obrera (PO-Argentina) estavam integrados ao CORQUI. O dirigente de PO, Jorge Altamira, participou no Congresso de unificação como representante internacional. Assim, nasceu a Organização Socialista Internacionalista (OSI), cujo jornal se chama O Trabalho. Posteriormente, houve uma ruptura do POR e do PO com o CORQUI lambertista, em razão da virada ultra esquerdista e dos métodos burocráticos impostos ao CORQUI pela OCI. Esse confronto repercutiu na seção brasileira (OSI), na verdade um satélite da OCI. Importantes dirigentes de PO se encontravam exilados no Brasil em razão do golpe militar de 1976, na Argentina. No seio da OSI, despertou descontentamento com a virada ultra esquerdista, que propugnava construir sindicatos paralelos. Um grupo de militantes rompeu dispersivamente.

PO entrou em contato e deu-lhe uma coesão, em cuja base estava PO e POR-Bolívia. Acidentalmente, dois militantes bolivianos se encontravam exilados no Brasil, antes da ruptura de militantes brasileiros da OSI. Chegaram a participar de uma reunião da célula em que estava um dos atuais dirigentes que veio a constituir o POR no Brasil. Refutaram as posições lambertistas contrárias à tática da frente única anti-imperialista, que o POR-Bolívia passou a chamar de frente revolucionária anti-imperialista (FRA) e que chegou a constituir-se após o golpe militar de Hugo Banzer que esmagou a Assembleia Popular, em 1971. É bom assinalar que na 1ª Conferência Latino-americana organizada pelo POR e PO, quando ainda estavam no CORQUI, a OCI desfechou uma crítica à organização do FRA, acusando o POR de ter constituído uma frente popular. De forma que os dois militantes bolivianos expressaram de passagem no interior da OSI essa divergência. Depois disso, não mais foram convidados, quando era dever da OSI integrá-los na organização, uma vez que a ruptura ainda não havia se dado. Depois de aproximadamente seis meses de trabalho dos ex-militantes da OSI com dirigentes de PO, constituído portanto o núcleo dirigente que veio a formar a Causa Operária, é que o estudante universitário que hoje dirige o PCO evoluiu de sua condição de militante de base para se integrar ao núcleo dirigente, portanto não esteve na sua origem.

O PO e POR-Bolívia constituíram a TQI, da qual participou Causa Operária, sob a responsabilidade de Atílio de Castro. A TQI teve vida curta, uma vez que PO controlava as seções brasileira e peruana como forma de aparato e praticava a dupla militância. Infelizmente, a decisão do POR de não levar adiante o combate ao aparatismo e caudilhismo de PO não permitiu expor o fundo das divergências, que somente mais tarde vieram à tona. PO promoveu uma revisão na estratégia original de Causa Operária, substituindo o governo operário e camponês pelo governo dos trabalhadores. Essa mesma operação se deu na Argentina, mudança essa que condizia com o democratismo.

A virada democratizante-eleitoral de PO provocou também uma ruptura que deu lugar à formação do Comitê Construtor do POR na Argentina. Em contato com a recém-formada organização brasileira promoveu-se, em outubro de 1989, uma reunião na Argentina, para integrá-la no também recém processo de constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, que finalmente ganhou forma com a presença do POR da Bolívia, da Argentina, do Chile e do Brasil (o grupo do Uruguai não avançou). Na 1ª reunião do Comitê de Enlace, realizada em julho de 1988, na Bolívia, aprovou-se uma resolução que orientava a abertura de um trabalho no Brasil, Chile e Peru. Em janeiro de 1990, realizou-se a 1ª Conferência do Comitê de Enlace, na Bolívia. Discutiram-se as posições da T.POR brasileira e se concluiu por sua integração definitiva. É bom assinalar que, em dezembro de 1990, a 5ª reunião se realizou no Brasil. Esteve presente Guillermo Lora, cuja participação resultou na discussão sobre a importância do POR brasileiro se constituir sobre a base dos fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo. Neste momento, a T.POR havia aprovado em sua Conferência extraordinária, de maio de 1990, a ruptura com o PT. Uma das orientações fundamentais do Comitê de Enlace, sob a direção de Guillermo Lora, foi a de que as seções se dedicassem a elaborar o programa, ainda que como um passo inicial.

Em janeiro de 1993, realizou-se o 3º Congresso que aprovou o programa e se decidiu pelo nome definitivo de Partido Operário Revolucionário (POR). Foi sem dúvida um passo necessário para a consolidação da seção brasileira. Destacamos a importância da 4ª Conferência, janeiro de 2001, que aprovou as Teses Agrárias do POR. No 7º Congresso, janeiro de 2003, realizou-se uma atualização do programa, de forma a melhor expor e fundamentar as leis históricas da revolução proletária no Brasil. No 12º Congresso, janeiro de 2014, o partido retomou a elaboração do programa. Tornou-o mais sintético, de maneira a consolidar as posições estratégicas, táticas e organizativas. Fundamentando-o em uma exposição do desenvolvimento do capitalismo semicolonial como parte do capitalismo mundial, que permite compreender porque só é possível a revolução proletária, que cumprirá as tarefas democráticas do país atrasado.

A experiência destes 26 anos de existência do partido mostra que o programa não se constitui em um ato único, mas expressa o processo histórico em constante transformação. Distintamente de todas as correntes que se reivindicam do trotskismo, o POR vive e atua para penetrar na classe operária com o programa e assim poder atualizá-lo de acordo com as novas necessidades.

Em resumo, os 26 anos do POR estiveram voltados a constituir o programa, a penetrar na classe operária e a construir o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Os acontecimentos têm comprovado a linha política. Destacamos, nesse sentido, o acerto em relação às caracterizações sobre o PT e o fracasso histórico do reformismo. E a feroz luta contra a estatização dos sindicatos e o divisionismo. Seguindo a orientação da IV Internacional da época de Trotsky, o POR tem se dedicado a um amplo trabalho de propaganda, condição necessária para desenvolver o embrião do partido marxista-leninista-trotskista. Tomamos como exemplo mais próximo o empenho do POR boliviano, assumido plenamente por Guillermo Lora, de transformar diuturnamente as experiências nacionais e mundiais em posições políticas, teóricas e programáticas.

Mesmo enfrentando grandes obstáculos típicos de uma organização embrionária, o POR tem conseguido editar regularmente folhetos que vão definindo a

linha política em conexão com a linha programática. A sua preocupação em compreender todos os grandes acontecimentos nacionais como parte do desenvolvimento da crise mundial do capitalismo e considerar todos os grandes acontecimentos mundiais da luta de classes como força decisiva na luta de classe nacional tem permitido suportar o tremendo isolamento perante à classe operária e as poderosas pressões contrárias à tarefa de pôr em pé no Brasil um partido que avance no sentido de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Destacamos entre suas publicações o livro “20 anos construindo o Programa”, editado em julho de 2009. E o livro que contém o programa, de 2013. Avaliamos como decisiva para a construção do POR a sua integração no Comitê de Enlace e seu empenho em assimilar a experiência do trotskismo na Bolívia.

Nesses anos de luta, nos deparamos com a difícil tarefa de formar quadros marxistas, disciplinados e dedicados inteiramente à revolução (militantes profissionais no sentido leninista). O partido teve de passar por rigorosa seleção, determinada pelo programa e pela concepção leninista do partido. Alguns camaradas valiosos não suportaram o persistente trabalho de se constituir como quadro, se marginalizaram ou se transformaram em ativistas. Isso se passa com todo o partido marxista, que por natureza é seletivo porque exige que a vanguarda se eleve programática e teoricamente ao nível do socialismo científico. No momento, o POR está voltado a penetrar na classe operária e a se expandir nacionalmente.

Nesses 26 anos, o POR conquistou um lugar na luta de classes do Brasil, que lhe permite avançar e dar saltos na tarefa histórica de superação da crise de direção revolucionária.



80 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Por volta das 18:30 horas, foram chegando a militância, os simpatizantes e os convidados do Partido Operário Revolucionário para participarem da comemoração dos 80 anos de sua existência. O plenário da Casa Social del Maestro de La Paz foi sendo tomado aos poucos. Observamos a efusiva confraternização. Muitos eram antigos militantes do POR. Na entrada, aglomeravam-se em frente às bancas que divulgavam as publicações partidárias. Notava-se o interesse dos militantes mais jovens pelas publicações mais antigas de Guillermo Lora.

Às 19 horas, o plenário estava repleto, as cadeiras tomadas e as laterais ocupadas. As bandeiras vermelhas agitavam o ato político. À frente do plenário, onde estava a mesa dos trabalhos, estendia-se uma enorme faixa com o símbolo, de um lado, da IV Internacional, e de outro, com a sigla POR, no meio, os dizeres: 80º aniversário/ P.O.R. vanguarda proletária/ Às ruas por pão, terra e trabalho/ Com o P.O.R. ao socialismo. As laterais também ostentavam faixas vermelhas, com as respectivas consignas.

A mesa do ato político foi constituída por três dirigentes do POR da Bolívia e das seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, da Argentina, Chile e Brasil. A direção coube a Miguel Lora, que encerrou o ato. Canções revolucionárias intercalaram-se com os discursos. O plenário agitava as bandeiras e aplaudia a cada momento em que os oradores arrebatavam a atenção dos presentes com a convicção de que o capitalismo apodrece e a única via de se constituir uma nova sociedade é a da revolução proletária, que começa em um país e se desenvolve internacionalmente. A revolução na Bolívia é parte da tarefa de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional. Os 80 anos do POR é a prova de que a Bolívia é o país com melhores condições para o proletariado romper as cadeias imperialistas de opressão e de exploração do trabalho. Está aí por que o POR se eleva como o pilar do internacionalismo e da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. O discurso dos mineiros buscou as raízes proletárias do partido e de seu programa. Tremularam na voz dos oradores as Teses de Pulacayo.

Os representantes da Argentina, Chile e Brasil saudaram os 80 anos do POR, enfatizando a expressão mais acabada do marxismo-leninismo-trotskismo. Reconheceram o trabalho de Guillermo Lora em constituir o Comitê de Enlace e impulsionar a construção dos partidos revolucionários nesses países. Com uma só voz, conclamaram o fortalecimento do trabalho internacional e o funcionamento do Comitê de Enlace como embrião do Partido Mundial da revolução Socialista. Que as seções funcionem como um só partido centralista-democrático.

Miguel Lora encerrou o ato mostrando o acerto das caracterizações e da linha política do POR diante do MAS e do governo Evo Morales. A clareza programática e a firmeza política do partido, quando a Bolívia era tomada pelas ilusões no governo que se vestiu da máscara do indigenismo camponês para ocultar a sua essência burguesa, hoje projeta o POR como instrumento da independência de classe dos explorados e da revolução proletária. O plenário de punhos cerrados saudou junto com Miguel Lora: Viva o POR! Viva a revolução proletária! Viva o internacionalis-

mo! A Internacional foi entoada e o ato se encerrou com o hino do Partido Operário Revolucionário, que ecoaram no recinto da Casa Social del Maestro.

1º Encontro Nacional das Mulheres Revolucionárias

No dia 3, a partir das 8:30 horas, começaram a chegar as participantes do Encontro. Entravam na fila para receber uma pasta com os documentos que serviram de preparação ao Encontro. São eles: Mulher: reforma ou revolução; Apontamentos críticos ao documento- proposta para o Encontro de Mulheres: “mulher: reforma ou revolução”, assinado por Andrés; Contribuição ao debate para o Encontro de Mulheres; Manifesto do 1º Encontro de Mulheres; Saudação ao 80º aniversário do POR. Três cartazes serviram à campanha com os dizeres: “O êxito de uma revolução depende do grau de emancipação das mulheres...” (Lênin); “Alguém que conheça um pouco de história sabe que os grandes acontecimentos são impossíveis sem o fermento feminino” (Marx); e “Sem participação da mulher não há revolução e sem revolução não há emancipação da mulher” (Mulheres Revolucionárias).

Por volta das 9:30 horas, o Encontro se realizava com a formação de três grupos temáticos: reforma e revolução; violência sobre a mulher; repressão e a discriminação. Uma após outras, as participantes se inscreviam para defender ou contestar posições apaixonadamente. Em um clima de total liberdade, discutiu-se qual o caminho que devem percorrer as massas femininas para se libertarem da opressão. Notamos que se levantaram os mais pequenos detalhes do dia-a-dia que expressavam a escravidão capitalista da mulher, como parte da escravidão moderna do proletariado e dos demais oprimidos. Pareceu-nos que estava presente uma tendência do feminismo pequeno-burguês tão em voga na atualidade. Mas o objetivo do 1º Encontro era o de impulsionar o trabalho coletivo dirigido às mulheres exploradas, discriminadas e oprimidas e não o de resolver divergências. A tendência proletária encarnada pelo POR e a feminista irão se confrontar no processo prático de organização da luta revolucionária das mulheres. Caberá ao POR expor com absoluta precisão a concepção marxista sobre a questão da opressão da mulher, como parte do programa da revolução social. Terá de realizar uma rigorosa crítica ao feminismo pequeno-burguês e convencer fraternalmente as companheiras que ainda não se elevaram ao nível do programa proletário.

No período da tarde, retomou-se a discussão, elaborou-se uma síntese das discussões dos grupos e, finalmente, se aprovou um manifesto, que foi lido no encerramento do Encontro.

Realizada a XXV Conferência do POR

No dia 4, às 8:30 horas se instalou a Conferência do Partido Operário Revolucionário. Constatou da pauta um informe de atividades, que incluiu um informe do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional e a resolução política. No informe de atividades, esteve em discussão o trabalho voltado a recuperar o terreno perdido entre os mineiros e a organização do partido no operariado fabril. Esta tarefa estratégica exige um ajuste organizativo do partido, que deve agir como uma só força nessa direção. Esse ajuste requer a superação da dispersão e do corporativismo,

que tenha se instalado no trabalho setorial e celular. Todas as células devem convergir para o objetivo de penetração do programa partidário no seio da classe operária. O que não quer dizer se descurar ou se desviar das intervenções setoriais, que abrangem camadas da pequena burguesia. Isso implica romper o conservadorismo, a acomodação e a inércia, não só de determinadas regionais e células como do conjunto do partido. O não ajuste do funcionamento partidário à situação de profunda crise econômica e política, que caracteriza uma situação pré-revolucionária, certamente impedirá que o POR se transforme em direção física das massas. O avanço no trabalho de organização do partido entre os mineiros e fabris é um fator dinâmico e impulsionador que se choca com os fatores do conservadorismo e do enquistamento. Esse choque se manifestou na discussão sobre o informe de atividades. Notamos que se trata de um conflito que reflete novas necessidades do partido, que tem a urgência de ajustar a organização à linha política e à estratégia revolucionária.

Outro aspecto que mereceu atenção foi a necessidade de se elevar a capacidade política e teórica do conjunto da militância. A tendência da situação é a do partido crescer rapidamente e atrair camadas sociais até então próximas a ele. O que exige um bom preparo das células.

E, finalmente, destacamos a discussão sobre a necessidade de pôr em prática os fundamentos leninistas do trabalho legal e ilegal, de acordo com as particularidades da situação.

O informe do trabalho do Comitê de Enlace pode ser sintetizado na avaliação de que tem havido um progresso na elaboração coletiva, mas que não tem sido uma constante e que é preciso constituir uma verdadeira direção que centralize e oriente a intervenção internacional e nacional das seções.

Sobre a resolução política, houve um acordo geral com a avaliação da situação pré-revolucionária e do quadro convulsivo da luta de classes nacional e internacional. Debateram-se alguns aspectos sobre o ritmo da crise e o processo de esgotamento das ilusões dos explorados no governo burguês de Evo Morales. Discutiu-se, também, a importância de considerar a crise do governo do MAS como parte da crise dos governos que ostentam traços nacionalistas e reformistas, como o da Venezuela, Equador, Argentina e Brasil. A Conferência aprovou uma formulação nesse sentido que deve enriquecer a resolução.

Publicação do tomo LXX, 2008, Obras Completas, Guillermo Lora

Como parte do 80º aniversário do POR, foi editado mais um tomo após a morte de Guillermo Lora. Verificamos nos seus últimos escritos uma necessidade do dirigente porista de realizar uma ampla crítica e autocritica dos erros e deficiências do partido. Entendemos que está dirigido, em primeiro lugar, aos militantes que têm a tarefa de manter a tradição revolucionária do POR e potencializá-la. Em segundo, ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. No entanto, a crítica e autocritica de um revolucionário da estatura de Guillermo Lora serve ao movimento revolucionário internacional. Trata-se de um partido proletário que acumulou uma considerável experiência na luta de classes. A gigantesca Obras Completas de Lora é a prova incontestável desta nossa afirmação.

Assombriamo-nos de que Lora, acometido de uma enfermidade fatal, no final de sua vida, arrancou forças para nos deixar lições de um militante profissional, no sentido leninista. São raros

os dirigentes que dedicam toda sua vida à revolução socialista. E que deixa uma obra científica do proletariado. No rol dos grandes revolucionários, a particularidade da militância de Lora está em que se despontou em um dos países mais atrasados e confinados da América Latina – a Bolívia. O que quer dizer que não teve um ambiente propício da luta de classes europeia e da alta cultura desse continente. Como isso foi possível? Não é simples a resposta. Mas em nosso entendimento, consideramos o fato de Guillermo se vincular desde cedo aos rebeldes mineiros bolivianos e a estudar com rigor, persistência e paixão o marxismo-leninismo-trotskismo. A confluência do vínculo com o operariado mineiro e o marxismo permitiu a Lora compreender em profundidade a importância de elaborar o programa da revolução proletária e transformar a experiência em teoria revolucionária. É o que todo grande marxista está a obrigado a cumprir, seja nos países capitalistas atrasados, seja nos adiantados. Aqueles que pretendem pôr em pé um partido revolucionário e expressar o internacionalismo, tendo conhecimento da obra de Guillermo Lora, estão obrigados a assimilar a experiência do trotskismo boliviano. Os adversários de esquerda que se chocarem com as conquistas do POR boliviano, certamente se desviarão do caminho da revolução. Falemos da importância do tomo LXX.

Autocrítica sobre o trabalho internacionalista do POR

São inúmeros os aspectos da crítica e da autocritica neste tomo. Interessa-nos em particular a questão do internacionalismo proletário que se observa em grande parte dos artigos e documentos reunidos no tomo LXX, abrangendo o ano de 2008.

Logo no início, no artigo “Marx e a Revolução Permanente”, conclui: *“Somos revolucionários e por isso não podemos dar as costas ao trabalho internacionalista, que é o caminho que conduz à vitória da revolução, tanto no plano nacional, como no mundial”*. É um chamado sobre a base da própria experiência a todo o partido e, em particular, à sua direção. No artigo seguinte – “O Objetivo de nossa Luta” –, Lora reconhece a insuficiência do trabalho internacionalista e suas consequências negativas para o POR. Vejamos: *“A debilidade do POR se encontra na ausência de uma discussão profunda de sua conduta do passado, sobretudo tratando-se de uma questão de enorme importância para o fortalecimento ou debilidade da política partidária. Em grande medida, essa falência põe em evidência que a militância também pouco assimilou o marxismo-leninismo-trotskismo. O problema é grave pois aqueles que se reclamam do partido operário revolucionário carecem de formação ideológica, o que significa que não chegam a compreender em sua essência o verdadeiro conteúdo dos programas da IV Internacional e do Partido trotskista boliviano. Na atualidade, pode-se dizer que aqueles que figuram como militantes não são tais, porque não dominam o marxismo-leninismo-trotskismo”* (pág.52). A última frase é de uma severidade incomum. Tomada isoladamente pode dar uma impressão pessimista. Mas no contexto geral da crítica e autocritica deste livro, é um chamado à militância a se elevar como revolucionários profissionais e a se lançarem ao trabalho internacionalista.

Lora reconhece a tarefa estratégica. Eis: *“O ascenso revolucionário das massas permitiu ao POR, que atuou no seio delas, se potenciar teórica e organizativamente. Neste plano, se cometeram alguns erros, sobretudo porque no plano internacional o desenvolvimento da IV Internacional apresentava grandes deficiências, que em momento algum foram assinalados e menos ainda superados. Se desejamos resolvê-las, é preciso que nos lancemos a discutir seu conteúdo, clareando a autocritica*

ca” (*“Chegamos até às portas do poder”,* pág. 71). Esse artigo se refere à importância da Assembleia Popular de 1971, que culminou com um longo processo revolucionário, iniciado em 1946. Em todo esse período, a direção da IV Internacional se mostrou incapaz de entender a acirrada luta de classes na Bolívia e sua transcendência mundial para o proletariado, em especial para a América Latina.

No artigo “Qual é a finalidade estratégica?”, Lora destaca os seguintes aspectos: 1) o “dever impostergável de potencializar a IV Internacional”; 2) reconhecer que a IV Internacional é “encarregada de vigiar que a conduta e a política das seções nacionais sejam corretamente revolucionárias”; 3) que somente “o fortalecimento da IV Internacional é a garantia para que avance a política marxista-leninista-trotskista e se potenciem os partidos revolucionários”; 4) “na atualidade, a tarefa central dos trotskistas dos diversos países consiste em pôr em pé a IV Internacional e discutir a linha política que se deve materializar” (pág. 94-95).

Referindo-se à prática diária do POR, Lora assinala o perigo de enclausurar o partido nas fronteiras nacionais. Reconhece: “Um dos maiores defeitos da militância porista se acha no critério de considerar que a atividade cotidiana tem como limite infranqueável a militância dentro das fronteiras nacionais. Esta é uma prática cotidiana que desvirtua as noções elementares sobre a essência do marxista, do comunismo e da luta revolucionária. Não se pode esquecer que por cima de qualquer outra consideração somos internacionalistas e que uma de nossas tarefas fundamentais é trabalhar para o fortalecimento da IV Internacional”. (pág.108)

Tem particular importância a autocritica de Lora por não ter levado em consideração determinadas críticas: “Em nenhum momento se escutaram, nem se leram críticas da direção da IV Internacional aos erros que se cometeram na seção boliviana”. Chega à seguinte conclusão: “O primeiro passo que devem dar a IV Internacional e suas seções nacionais é o de reconquistar todos os avanços que foram alcançados em diferentes regiões do mundo no plano do domínio do marxismo-leninismo-trotskismo e potenciá-los corajosamente, para avançar rapidamente e conseguir sepultar todas as deformações e equívocos que se cometeram” (*“Revolução Proletária?”*, pág. 166)

No artigo “Tarefas a cumprir”, Lora refere-se à necessidade de uma firme atitude diante do objetivo de superar a fraqueza do trabalho internacional: “Seria pueril sustentar que cada uma das seções da IV Internacional prepare por sua conta em seu país a revolução que deve nos conduzir à sociedade comunista mundial. Na irrecusável autocritica do trabalho realizado neste plano pela IV Internacional, é preciso censurar, profundamente e com o objetivo de correta estruturação da Internacional, os erros ‘nacionalistas’ que se vêm cometendo”. (pág. 176)

O artigo “Retornar ao marxismo”, Lora completa essa crítica e autocritica nos seguintes termos: “A seção boliviana da Internacional trotskista em nenhum momento se preocupou em dirigir-se ao trotskismo internacional, de ajudá-lo a se potencializar. Oxalá que no futuro se saneiem as deficiências do trabalho revolucionário internacional. Não se esquecer que o isolamento contribuiu para a derrota. Este problema se converte em uma tarefa que deve ser cumprida agora e não postergá-la”. (pág. 243)

O dirigente porista observa, por outro lado, a responsabilidade da IV Internacional diante das derrotas do proletariado na Bolívia. Assim está formulado: “Por que o poderoso movimento popular boliviano pôde ser esmagado quase que de maneira mecânica? A resposta concreta: fomos derrotados pela extrema debilidade da IV Internacional. As consequências desta realidade que tivemos de pagar a preço muito elevado, em certa medida, nos continuam açoitando. O ocorrido nos ensina que as várias seções nacionais da IV Internacional são parte integrante desta úl-

tima e que entre ambos os extremos existe uma estreita interrelação”. (...) “Estamos defendendo o fortalecimento recíproco dos partidos nacionais e da Internacional trotskista para o cumprimento da revolução internacional até a sociedade comunista. Os partidos trotskistas dirigidos pela Internacional trotskista têm a obrigação de retomar e potencializar a doutrina marxista revolucionária, assimilando neste trabalho a experiência acumulada, tanto internacional como nacionalmente. A IV Internacional e suas seções nacionais têm a obrigação de rever e elaborar, de maneira ininterrupta, a doutrina e o programa revolucionário, à luz da experiência vivida. A experiência nos ensina que este é o caminho para o fortalecimento de nossos partidos e da luta revolucionária”. (págs. 247-248)

A autocritica é profunda. Mostra que há um conservadorismo nacional no seio do partido. Eis: É errônea a ideia de que o POR é partido político independente e que, de maneira livre e soberana, pode traçar ‘sua’ política, ignorando o Programa da Internacional Trotskista, isso como se a Bolívia não fosse parte da economia capitalista mundial em decadência e se tivesse transformado em uma potência intangível. Por esse caminho, o POR acabará se transformando em um diminuto grupo de uma dezena de ‘pensadores’, aos quais interessa unicamente seus problemas provinciais e ponto final. O POR boliviano tem a obrigação de demonstrar, no terreno dos fatos, que é integrante da IV Internacional”. (*“Revolucionários Profissionais”*, pág. 279)

Sob o título “Os erros que cometemos no trabalho internacional”, Lora faz uma revelação surpreendente: “O trotskismo boliviano mostrou um acentuado complexo de inferioridade em relação à IV Internacional, que considerava uma poderosa e temível potência política. O punhado de militantes altiplanos que liam pouquíssimas publicações marxistas estava seguro de que sua inferioridade teórica os impedia de discutir com as organizações e militância internacionais. Esta situação se prolongou até ao final da quarta década do século XX. Quase toda militância sustentava que aos poristas não lhes restava mais que abaixar suas cabeças diante das resoluções que adotava a IV Internacional”. (pág. 286) Esse testemunho deve ser tomado agora no sentido positivo. O POR acumula uma extraordinária história de luta pela revolução e a transformação da experiência em programa e teoria. O que o coloca como um pilar para a reconstrução da IV Internacional.

Essa nossa afirmação encontra amparo em uma das conclusões de Lora no artigo “Situação Política Atual”. Diz: “Temos assinalado que o trotskismo boliviano conseguiu desenvolver uma política revolucionária excepcional, ainda que desgraçadamente isolada no seio da IV Internacional, o que determinou que essa valiosa experiência não tenha sido devidamente assimilada pela corrente revolucionária mundial”. (pág. 302)

Tomando de conjunto essas considerações, críticas e autocriticas, entendemos que se dirige diretamente à militância do POR boliviano. E que devem ser estudadas pelo partido. Se o POR não se empenha no trabalho internacional deixará de utilizar o seu potencial para vencer o revisionismo que desintegrou a IV Internacional e constituir uma nova geração que se destaca como vanguarda na nova situação de crise mundial do capitalismo. Devemos, de conjunto, no Comitê de Enlace, nos guiar pela seguinte orientação: “Na atualidade, o movimento revolucionário nos diversos países deve se empenhar em pôr em pé e fortalecer a IV Internacional. No caso de não se materializar este trabalho, a vida dos Partidos nacionais se verá seriamente ameaçada. A autocritica do trabalho realizado até agora no plano internacional é imprescindível para o fortalecimento do trabalho nos diferentes países”. (*“Dados sobre o trabalho realizado”*, págs. 398-399).

Bolívia:

Nem o Papa, nem a Corte Celestial salvarão Evo do crescente repúdio do povo explorado

Apesar de terem passado muitos séculos desde a chegada de um punhado de conquistadores e sua religião, a escravidão e as profundas feridas abertas pela cruz e espada ainda não se cicatrizaram na Bolívia e no Continente Americano. O roubo de suas terras, o saque das riquezas do índio ainda perduram com tanta ou mais intensidade. Os novos herdeiros da colônia e a República, com a cruz e a espada, continuam extraindo fortunas, “transformando as lágrimas e o suor e sangue dos índios em ouro”.

Esquecendo desta história de barbárie a que foram empurradas as nações indígenas na Bolívia, receber o Papa Francisco, como se nada tivesse ocorrido nesta terra, é a pior traição e ofensa que Evo Morales pode ocasionar ao sangue derramado, a seus irmãos das nações nativas. Seu discurso indigenista não é mais do que uma imperdoável

hipocrisia. Por isso, os explorados e oprimidos, os escravos conscientes da realidade, os revolucionários marxista-leninista-trotskistas que lutam para romper as cadeias da escravidão e conquistar a emancipação não têm por que receber o mensageiro dos exploradores e opressores. É isso que fazem os parasitas espertalhões, os K'aras exploradores, os traidores, os soldados uyas (cuerudos em quechua).

Os trotskistas, da trincheira revolucionária, junto aos explorados e oprimidos, junto aos indígenas desprezados, gritamos na orelha do Papa Francisco, portador da cruz e da esperança dos capitalistas, dos novos herdeiros dos colonizadores, portadores da espada e dos burocratas masistas (MAS), portadores da traição: todos vocês arderão no fogo na revolução proletária, que já desponta no horizonte!

Campanha internacional pela devolução de Sofia a seus pais, Márcia e Ariel

No último dia 8 de julho, uma comissão entregou ao Consulado boliviano de São Paulo moções pela devolução da menina Sofia a seus pais adotivos, Márcia e Ariel. Márcia está em greve de fome há mais de um mês. O governo Evo Morales e a justiça boliviana sequestraram a menina como medida de perseguição política aos militantes do POR. Temos feito uma campanha junto aos sindicatos e organizações populares e estudantis para que apoiem a reivindicação de devolução da menina a seus pais.

Registramos aqui o recebimento de moções assinadas pela Central Conlutas-CSP, pela Apeoesp regional Oeste-Lapa, pela Apropuc (Associação de Professores da PUC/SP), pelo Sintusp – Sindicato dos Trabalhadores da USP, pela Corrente Proletária na Educação de Porto Velho (Rondônia), pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Alegre dos Parecis (Rondônia), por vereadores de Natal (Rio Grande do Norte), pelo Sindprol/Aduel (sindicato docente universitário de Londrina), Sindicato dos Servidores Municipais, Sindicato dos Servidores da Saúde e Professores (SINTE) de São Gonçalo do Amarante (Rio Grande do Norte), e pelo Comando de Greve da ANDES (Amazonas).

A campanha continua, até a devolução de Sofia a seus pais e fim da perseguição política!

Em defesa da vida de Márcia.
Que o governo e a justiça bolivianos
devolvam a filha de Marcia e Ariel.



Moções brasileiras
à justiça boliviana e
ao governo Evo Morales
Julho de 2015

Grécia: realizado o plesbicio

O Syriza capitula mais uma vez, se submete aos ditames do imperialismo e arrasta as massas atrás de si

No dia 5 de julho, aconteceu na Grécia o plesbicio para responder *Aceito/Sim* ou *Não aceito/Não* à proposta da Troika (o Grupo de Bruxelas, formado pela Comissão Europeia-CE, o Banco Central Europeu-BCE e o Fundo Monetário Internacional-FMI), apresentada em 25 de junho e que consta de dois documentos: *“Reformas para a finalização do atual programa e além”* e *“Análise preliminar de sustentabilidade da dívida”*. Finalmente, o *Não* se impôs com 61,31% e o *Sim* obteve 39% dos votos. 62,50% da população compareceram para votar, a mais alta porcentagem dos últimos anos.

Tanto o *Não* como o *Sim* foram disputados no quadro de preservação dos acordos com a Troika, com a diferença de aceitá-los como estão (*Sim*) ou propor-lhes alterações (*Não*). O Syriza arrastou as massas a fortalecerem politicamente a posição de negociar o acordo. Agora o governo de Tsipras tem um mandato para atender algumas das exigências da Troika, antes rechaçadas. O Syriza continua a cumprir o objetivo de desviar os explorados dos seus métodos próprios de luta e impedi-los que tomem em suas próprias mãos a ruptura com os credores e toda sorte de parasitas que levaram a Grécia à falência.

A rejeição das massas a aceitarem novos empréstimos foi capitalizada pela vitória do *Não*. Mas o Syriza e suas principais lideranças lhe deram outro conteúdo na campanha prévia à votação. De fato, compartilham da proposta de realizar os ajustes para receber novos fundos e salvar os banqueiros gregos. Segundo o vice-ministro da Fazenda, Yanis Dragosakis, se está *“fazendo um esforço adicional”*. Referia-se ao fato do governo ter aceito, dias antes da votação, reduzir as aposentadorias, eliminar as pré-aposentadorias, aumentar a idade da aposentadoria de 65 a 67 anos, aumentar o IVA de 13% para 26% e recolher impostos na ordem de 2,7 bilhões de euros em 2015 (o dobro em 2016), congelar salários e desativar convênios coletivos, manter as privatizações, etc. O ministro da Fazenda, Varoufakis, foi afastado das negociações em sinal de *“boa vontade”* diante dos credores.

O que o governo espera com a vitória da consulta é resolver o impasse das negociações. E a Alemanha e França esperam que o *Não* da maioria se transforme em *Sim* nas conversas de gabinete. É bem possível que Tsipras e os representantes do capital financeiro se esforcem por chegar a um *“novo acordo”*. Não há como empurrar para a frente a declaração de falência da Grécia, uma vez que a dívida é impagável, senão enganando dos explorados e aplicando medidas antipopulares exigidas pelos financistas. Mas novos ataques contra as massas aprofundarão o quadro de miséria. A situação econômica da Grécia assemelha-se às resultantes de uma guerra. O PIB retrocedeu 25%, o desemprego atingiu um terço da força de trabalho (e 60% da juventude), um milhão de empregos foram perdidos, 80% dos desempregados não têm nenhum direito (nem recebem ajuda financeira), 50 % da

população acham-se abaixo dos índices oficiais de pobreza, um terço das famílias do país perdeu o seguro saúde, 40% da população passou o inverno sem calefação, 23 mil empresas se quebraram, as aposentadorias estão contidas pelo teto de apenas 300 euros, as vendas a varejo e a atacado caíram até 60%, 30% do comércio foram fechados, etc.

O não pagamento, por outro lado, atingiria 330 bilhões de euros que fazem parte do sistema financeiro da Europa; afetaria a liquidez de países inteiros (como Itália, Espanha, França, Portugal, Irlanda do Norte ou Chipre, cujas dívidas superam 90% de seu PIB); golpearia em cheio os credores alemães e franceses; e atingiria, finalmente, os bancos centrais europeus, que têm empréstimos no valor de 500 milhões de euros para a Grécia. Tudo isso, no quadro de falta de liquidez, que obrigou o governo a restringir os saques, visando a evitar uma maior fuga de divisas (passou de 60 a 50 milhões de euros por dia). Os *“ativos”* financeiros dos bancos estão compostos por 50% de títulos públicos - sem nenhum valor - e por créditos impagáveis. Os *“passivos”*, por sua vez, estão compostos de depósitos e de dívida com os principais bancos centrais europeus.

Em parte, as potências se resguardaram das consequências mais violentas da situação realizando massiva fuga de capitais. Nesse quadro, o principal objetivo de se chegar a um acordo é evitar que a crise se projete em toda a Europa. E permitir uma respiração artificial à economia grega, procurando retardar uma convulsão social e política de maiores proporções. A burguesia sabe que, se impor ao governo do Syriza um acordo de novos e amplos ataques às massas, impulsionará a revolta latente. O que poderá desembocar em uma situação revolucionária.

A rejeição da Troika à reestruturação unilateral da dívida (como foi proposto pelo ex-ministro da Fazenda, Varoufakis) e a exigência de pagamento mensal dos juros, em condições de insolvência e de movimentações operárias e populares, empurrou o governo a recorrer ao plesbicio como manobra política diante dos credores, de um lado, e da população grega, de outro. Ao mesmo tempo, objetivou aplacar o descontentamento de uma fração interna de parlamentares do Syriza, de um lado, e a ameaça de irrupção das massas, de outro.

A tática do governo procurou criar uma base social e política de apoio às propostas apresentadas pelo governo e assim *“pressionar”* a Troika a aceitar suas condições para chegar a um *“novo”* acordo, que esteja ajustado a ritmos e prazos de execução mais moroso e longo. Eis por que não pretendia nem quis mobilizar as massas como força social para impulsionar uma ruptura com o a UE, mas apenas usá-las como base de manobra para negociar em uma relação de forças com o Grupo de Bruxelas.

A burguesia imperialista desenvolveu uma raivosa campanha pelo *Sim*. Segundo seus porta-vozes, votar pelo *Não*

significaria a saída e a ruptura da Grécia com a UE e o euro. Isto é, a volta ao “isolamento nacional” e à inflação. Nesse caminho, a socialdemocracia alemã avançou (antes do referendo) nas negociações com frações internas do Syriza para, ao ganhar o *Sim*, formar um governo de coalizão e negociar a saída de Tsipras. A ameaça do ministro de Economia grego, Yanis Varoufakis, de que se ganhasse o *Sim* se demitiria do cargo reforçava as pressões. Saída aliás que já tinha sido impulsionada em outros países, como na Itália em 2011, quando Mario Monti (ex-comissário da UE e com vínculos econômicos com a oligarquia financeira da Europa) chegou ao comando do Estado para cumprir os acordos assinados. Dentro da Grécia, economistas, a oposição (Pasok, Nova Democracia, To Potami, o Movimento de Socialistas Democráticos) e 16 ex-generais do exército chamaram a aceitar as brutais condições da Troika, assumindo a “*unidade nacional*” para enfrentar a crise e “*recuperar a confiança*” dos credores. Somaram-se a essa campanha a maioria dos sindicatos empresariais e setores majoritários da pequena-burguesia comercial ligada ao turismo estrangeiro.

O tal de “Grexit” compareceu nesse cenário como uma manobra de propaganda para arrastar as massas às posições de submissão completa aos ditames do imperialismo e assumindo o Syriza os custos políticos da crise. Porém, o objetivo não era impor os acordos sem quaisquer mudanças, mas o de levar o Syriza a um choque com as massas. A mobilização operária e popular, ainda que eleitoral e organizada sob métodos democráticos burgueses, criou condições para que elas mantenham sua presença ativa e retomem o caminho da ação direta, o que comparece como um obstáculo aos ditames da UE.

A campanha pelo *Não* foi liderada por Tsipras e um setor de Syriza, e apoiada no interior da Grécia por correntes e partidos de esquerda, sindicatos e nacionalistas de direita da ANEL. Fora da Grécia, obteve o apoio de Podemos (Espanha) e outras correntes reformistas da Europa. Chamou a atenção o apoio de destacados economistas norte-americanos, como Paul Krugman e Joseph Stiglitz, ao *Não*. Certamente, essa posição a ver com o acirramento dos atritos inter-imperialistas em torno dos mercados.

A direita nazifascista de Aurora Dourada e setores anarquistas fizeram campanha pela abstenção. O PKK chamou a votar com uma cédula própria, que rechaçava o acordo com a Troika. Essa medida assinalaria “*um Não à União Europeia*”, mas também ao referendo proposto pelo Syriza, preservando a via eleitoral em oposição à ação direta das massas. Os estalinistas, é provável, objetivaram com essa medida reforçar suas posições parlamentares e preparar as condições para se elevar eleitoralmente.

É necessário ainda assinalar que uma saída da UE e a ruptura com o euro só teria sentido e consequência caso se impusesse a nacionalização das indústrias, dos bancos, do sistema de créditos e do comércio exterior. A burguesia não tem como tomar nenhuma dessas medidas. E a classe operária terá de se emancipar da política pró capitalista de suas direções para marchar com seu programa para tomar o poder do Estado e implantar sua ditadura de classe.

O fundamental da situação está, porém, em que a maciça

rejeição aos ajustes pelos oprimidos do país pode ser contida e organizada nos marcos das instituições burguesas. Os explorados e oprimidos acharam que tinha se aberto finalmente uma via democrática para intervir nas decisões do Estado e do governo. E para impor suas condições à oligarquia financeira e seus agentes da Troika. Mas se depararam, logo a seguir, com a capitulação de Syriza. É também um fato que a maioria oprimida não se convenceu por conta própria que é preciso romper com o imperialismo da EU pela via revolucionária. Assim continua sujeita às manobras da burguesia de seu país e da Europa. As massas são levadas a acreditar que é possível reformar e democratizar as relações econômicas e políticas na UE. Foi isso, aliás, o que expressaram quando elevaram politicamente a pequena burguesia ao comando do Estado burguês.

As ilusões democráticas e a hegemonia de Syriza sobre as massas, ainda que conjuntural e episódica, se mantêm pela ausência de uma direção revolucionária capaz de projetar os explorados à luta pelo poder. E porque a classe operária continua a ser controlada pela burocracia sindical atrelada ao Estado e aos partidos em bancarrota. Parte permanece ligada ao Pasok, parte serve às manobras do estalinismo.

Ambas as frações, no entanto, servem ao Syriza, com a política de bloqueio à luta de classes e seu desvio para o democratismo parlamentar. Eis o que explica que, após cinco anos de ataques e mais de 30 greves gerais, de combates nas ruas e radicalização das massas, só os setores de assalariados públicos tenham combatido a Troika. E ainda que setores do proletariado tenham desenvolvido experiências embrionárias de autogestão em fábricas fechadas ou em quebra, seu destaque mais importante esteve e está à margem das ações coletivas de massas. No entanto, o avanço da desagregação capitalista do país e da Europa obrigará a classe operária a superar essas contradições e bloqueios. O que exige ajudar os explorados a superarem as ilusões no governo impostor e derrocar a burocracia dos sindicatos, ganhando-os como pivôs da luta de classes.

A vanguarda está diante da tarefa de prever e atuar de acordo com o desenvolvimento objetivo das forças da revolução e da contrarrevolução, e de trabalhar no seio com o programa da revolução social e com a estratégia internacionalista. É preciso aproveitar a rica experiência da crise grega e europeia para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista. As condições da luta de classes permitem que o proletariado avance na conquista de sua independência política e eleve sua consciência socialista. Esse passo é decisivo para realizar o programa de expropriação revolucionária dos monopólios capitalistas e materializar a estratégia da revolução e ditadura proletárias continental. O programa que responde a essa condição se materializa na estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Ou proletariado grego e europeu avança por esse caminho, ou então o capitalismo monopolista europeu sobreviverá na base da destruição física, social e política da classe operária e dos oprimidos. A via traçada pela história é: socialismo ou barbárie. Não há vias alternativas, nem soluções no capitalismo.